



OS VALORES DEMOCRÁTICOS

CONSTRUINDO CAMINHOS
PARA UMA SOCIEDADE PRÓSPERA

Ministério da Cultura e Instituto Sivilis apresentam

OS VALORES DEMOCRÁTICOS

CONSTRUINDO CAMINHOS
PARA UMA SOCIEDADE PRÓSPERA



Henrique Zétola | Autor | Brasil
Pedro Veiga | Autor | Brasil
Jamil Assis | Autor | Brasil
Guilherme Melo | Autor | Brasil
Sara Clem | Coordenador | Brasil
Guilherme Dockhorn | Revisor | Brasil
Guilherme Melo | Revisor | Brasil
Sara Clem | Revisor | Brasil
Fernanda Trompczynski | Revisor | Brasil
Joana Rosella | Projeto Gráfico | Brasil
Joana Rosella | Diagramador | Brasil
Guilherme Dockhorn | Editor | Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Clem, Sara Lopes
Os valores democráticos : construindo caminhos
para uma sociedade próspera / Sara Lopes Clem,
Guilherme Melo de Freitas, Jamil Moises Frare Assis.
Curitiba, PR: Instituto Sivis, 2025.
ISBN 978-65-992692-8-8
1. Cidadania 2. Democracia 3. Educação 4. Ética
(Moral filosófica) 5. Filosofia
I. Freitas, GuilhermeMelo de. II. Assis, Jamil Moises Frare. III. Título.

25-318170.0

CDD-321.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Democracia 321.8
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Democracia é resolvermos juntos problemas que são de todos. Contribua para defender valores que são inegociáveis. O Instituto Sivilis funciona graças ao apoio de pessoas que realmente defendem os principais valores democráticos.

SUMÁRIO

Prefácio.....	9
Introdução.....	17
Parte I.....	23
1. Em direção ao respeito da dignidade humana.....	25
2. Virtude e busca pela excelência.....	33
3. Valorizando o próximo: solidariedade como virtude.....	41
4. Quando os cidadãos se encontram: sociedade civil.....	47
5. Olhando para o nível local: o conceito de subsidiariedade..	55
6. Finalidades compartilhadas: o bem comum.....	63
7. Da razão para o bem comum: liberdade.....	71
8. Condições para a liberdade: o papel do estado de direito.....	79
9. Liberdade e respeito à dignidade humana: a democracia.....	87
10. Muito além do voto: desenvolvendo uma cultura democrática.....	95

Parte II.....	105
1. Desafios contemporâneos e a urgência de uma educação integral.....	107
2. Dignidade humana: princípio fundamental da educação...	115
3. O autoconhecimento como primeiro passo.....	121
4. A ética das virtudes e a busca pela excelência humana na educação.....	129
5. Frutos da educação para as virtudes.....	137
Referências bibliográficas.....	145
As iniciativas do Instituto Sivis.....	151

PREFÁCIO

Não são muitas as organizações que expressam sua visão de mundo com base numa reflexão sobre os valores que sustentam. Essa já seria razão suficiente para reconhecer o mérito do Posicionamento Institucional que o Sivis agora publica. Não menos importante é o fato de que a reflexão compartilhada com o leitor se desenvolve sem dogmatismo. Não há nela intenção doutrinária. Ao contrário, o texto nos convida a refletir sobre os fundamentos de uma comunidade política em que o sentimento de pertença comum coexista com opiniões diferentes sobre a hierarquia de valores que deve pautar a vida social. Aspiração que só a democracia permite realizar.

A visão de mundo do Sivis se assenta no valor da liberdade. Contrapõe-se desde logo a visões totalitárias. Não abraça, porém, a concepção segundo a qual a sociedade nada mais é que a soma de indivíduos atomizados, movidos cada qual por seu autointeresse. A sociedade não se confunde com o mercado e não pode ser submetida à sua lógica. Tampouco a sociedade é produto e extensão do Estado, concepção contrária à liberdade individual. Na recusa dessas duas visões polares (libertária e totalitária, respectivamente), o Sivis apresenta a sua concepção sobre a boa sociedade: aquela que assume igual compromisso com o desenvolvimento da liberdade individual e do bem comum. Nas visões totalitárias, o bem comum é determinado no e pelo Esta-

do. Na visão libertária, é uma abstração que serve apenas para justificar o cerceamento da liberdade de cada indivíduo.

O bem comum não pode ser entendido como um a priori, mas como uma construção que se dá pelo uso público da razão, pela contraposição e ponderação entre argumentos, como escreveu o filósofo alemão Immanuel Kant, a quem o documento recorre. O uso público da razão é ao mesmo tempo um direito e uma capacidade a ser desenvolvida. Necessita de garantias institucionais, a começar da liberdade de expressão e organização, mas requer o desenvolvimento de uma cultura que permita o florescimento de virtudes cívicas democráticas.

O Sivilis não crê em utopias redentoras, mas tampouco se resigna a um realismo cínico. Enxerga na sociedade civil, concebida como uma esfera de sociabilidade e ação relativamente autônoma, o espaço principal de educação para a cidadania e construção do bem comum. Vale citar o documento: “Trata-se da esfera que não é individual tampouco estatal. Entendemos sociedade civil como o conjunto de relações humanas, de natureza cultural e associativa. É um complexo de instituições, vínculos e valores independente do Estado e por vezes contraposto a ele, cujo princípio unificador não consiste essencialmente em relações de puro poder ou na busca da utilidade econômica. Isso não significa que a sociedade civil se componha unicamente de relações pacíficas e harmoniosas. É fato que a dinâmica de sociedades complexas envolve a disputa constante de ideias e por recursos, sendo necessário que a tensão se manifeste de uma forma democrática. Assim, a sociedade civil é um dos locais de negociação de interesses conflitantes dos diversos segmentos sociais.”

Nessa visão, ao menos na forma pela qual a interpreto, a solidez e qualidade do Estado Democrático de Direito depende da existência de uma sociedade civil que desempenhe um conjunto de funções: desenvolver virtudes cívicas democráticas, entre elas a capacidade de negociação, contrabalançar o poder do Estado e do mercado, valorizar o pluralismo e fomentar a solidariedade.

Mais que um ativismo voltado a causas específicas, o documento acentua a importância do engajamento em favor do florescimento de um ecossistema cívico propício ao desenvolvimento de uma sociedade aberta e democrática. Não me parece ocasional a menção a Václav Havel, escritor que liderou a “Revolução de Veludo” e pôs fim ao totalitarismo na então Tchecoslováquia.

Em um momento de criação da democracia num país sem tradição democrática, ele destacava a importância de construir “um código básico de existência mútua” entre os vários movimentos da incipiente e heterogênea sociedade civil tcheca.

Quase quarenta anos depois, em vista das novas ameaças autoritárias, vale refletir sobre as palavras de Havel.

Não subscrevo todas as teses do documento. Colocaria mais ênfase na importância do conflito como motor da ampliação de direitos e destacaria tanto o lado estabilizador da democracia como também o seu potencial transformador das relações de poder na sociedade.

Mas a minha sensibilidade socialdemocrata se encontra com a dos autores do documento naquilo que ele tem de fundamental: a valorização da sociedade civil como esfera relativamente autônoma do Estado e do mercado e a preocupação com um “código básico de existência mútua” que devemos construir para valorizar o pluralismo e sustentar a democracia frente às ameaças autoritárias que marcam o nosso tempo.

Sérgio Fausto

Diretor Executivo da Fundação FHC

Passamos, hoje, por tempos únicos em nossa história política. Com a ascensão das redes sociais, a lógica pela qual nos organizamos enquanto sociedade já não é mais a mesma. Em um passado ainda próximo, a televisão e os jornais nos forneciam uma visão mais ou menos unificada do mundo, a partir da qual a arena pública se construía. Com a internet, entretanto, não há mais uma perspectiva única, mas uma cosmovisão fragmentada. O debate político se torna quase impossível, o que se agrava ainda mais quando a pervasiva luta para atrair o maior número de cliques nos faz vítimas de táticas de marketing agressivas que entendem que a melhor maneira de gerar engajamento é provocar a ira. A economia da atenção nos levou ao império da polarização e colocou em risco a democracia.

Estamos diante de uma encruzilhada: oscilamos entre a democracia e a demagogia, tal como os atenienses do século V, se levamos em conta o que dizia Aristófanes em peças como *Os Cavaleiros* e *As Nuvens*, importantes testemunhos dos devastadores efeitos políticos da sofística. Com efeito, para os gregos, a democracia era um sistema no qual o povo discutia em conjunto suas questões, mas que podia se tornar um ambiente no qual o orador mais eloquente, independente de suas intenções, prevalecia. Esse também é o nosso desafio atual, intensificado pelos efeitos potencializadores da tecnologia.

Aristóteles, na *Política*, falava dos diferentes tipos de governo: a monarquia, o governo de um único; a aristocracia, o governo de uns poucos; a democracia, o governo dos muitos. Na discussão a respeito da natureza de cada um, ele assinalou como poderiam se corromper: a monarquia, ao se transformar em uma tirania; a aristocracia, em oligarquia; a democracia, enfim, em demagogia, se aqueles que dela participam passassem a buscar, em vez do bem comum, o seu próprio interesse. Como vivemos em uma democracia, nosso desafio atual é evitar o reino da demagogia (que, em Platão, era uma preparação para a tirania). Mas como escapar da lógica enlouquecedora das redes

sociais e do marketing político, que parecem onipotentes em nos levar até ele?

Quando refletimos sobre a distinção de Aristóteles entre os regimes e suas versões corrompidas, observamos que a diferença entre eles está na virtude. Quando há uma pressão sistêmica que empurra as pessoas para baixo, a única força capaz de resistir e, quem sabe, derrotá-la, é a virtude. E quanto maior a força opressiva do sistema, maior deve ser a virtude. Jacques Maritain, escrevendo no fim da II Guerra em seu livro *Cristianismo e Democracia*, falava da necessidade, naquele momento, de um humanismo heróico para que, dos escombros da guerra, renascesse a política. Mas não são apenas situações extraordinárias que exigem heroísmo: a democracia sempre cobra o seu preço e este preço é a disposição de um certo número de pessoas de fazerem tudo o que for necessário para que ela não se corrompa.

A democracia demanda sacrifício e o sacrifício pressupõe a virtude. Daí a urgência de uma política das virtudes. Na filosofia política contemporânea, existe uma preocupação excessiva com a política procedimental. Existe um esforço para que possamos conceber boas instituições e boas leis, entendidas como essenciais para o projeto de uma sociedade moderna e próspera, mas falta a consciência do papel central da virtude para a esse projeto. Podemos ter uma boa constituição e técnicos competentes, mas, sem a virtude, nos tornamos reféns do Leviatã que criamos. Diante da complexidade dos assuntos humanos, os dados não são suficientes. Precisamos da virtude de líderes capazes de tomar decisões sábias e assumir responsabilidade por elas, e de um povo capaz de escolher esses líderes. Sem a virtude, a democracia é apenas um nome.

Mas o que é uma virtude? É possível defini-la de muitas maneiras, mas para simplificar, podemos dizer que a virtude é um bom hábito, a capacidade que temos de executar uma ação específica de maneira excelente, com naturalidade e facilidade. Existem diversas virtudes, e cada sociedade cultivará seus próprios ideais a esse respeito, mas também virtudes universais, como a temperança e a justiça, já que os seres humanos compartilham

de uma mesma natureza. A ética contemporânea tem, em geral, uma perspectiva deontológica: a questão é saber como devemos agir, quais são os preceitos que, em nossa ação, devem ser seguidos. Os antigos, contudo, não se focavam em regras. Eles davam um passo atrás e pensavam as virtudes que tornariam naturais as ações que nos prescrevem as regras. Para eles, a questão era como alcançar uma vida plenamente humana. E viver como um ser humano, na visão que conceberam, era viver de um modo sábio, corajoso e temperante, benevolente com relação aos outros e justo. Em outras palavras, uma vida segundo a virtude e uma virtude dotada de uma dimensão política. É tendo isso em vista que Sócrates nunca se preocupou em exercer o poder em um cargo, mas em moldar seus concidadãos na virtude, o que, para ele, era o mais importante.

É nessa perspectiva, a de uma política das virtudes, que se insere este livro. Ao longo dessas páginas, o leitor perceberá que não se trata de uma defesa ingênua da democracia, tampouco de uma crítica amarga a ela. O que ele propõe é uma reflexão profunda, que reconhece, na contramão das discussões políticas correntes, que a democracia exige mais do que eleições regulares ou instituições sólidas: ela pede uma cultura viva, sustentada por valores que orientam nossas escolhas, relações e projetos de futuro.

O ponto de partida é o reconhecimento da dignidade humana. Mais do que um conceito filosófico, trata-se de uma maneira de olhar. Com efeito, falar em dignidade humana é enxergar o outro como alguém que merece respeito, escuta e oportunidades reais de florescimento, o que deve ser concretizado nas pequenas decisões do cotidiano, bem no modo como formamos pessoas, trabalhamos juntos, e participamos da vida pública.

Nesse contexto, a liberdade não é entendida como um conceito negativo, que diz respeito a ausência de restrições, mas como a possibilidade de agir com responsabilidade e buscar a excelência humana. Diante disso, somos levados a pensar sobre como nossas escolhas individuais podem fortalecer ou enfraquecer o tecido social, e como a virtude pode transformar os

ambientes em que convivemos e nossas relações.

Um outro ponto importante fundamental é o papel da sociedade civil em uma comunidade verdadeiramente democrática. Em tempos de desconfiança nas instituições, é preciso valorizar os espaços de encontro, o diálogo e a cooperação que existem para além do Estado e do mercado. Associações, grupos, movimentos e iniciativas locais são os verdadeiros laboratórios da cidadania, os lugares onde aprendemos a negociar diferenças, construir consensos e praticar a solidariedade, e é por isso que a democracia se fortalece quando esses espaços são reconhecidos, estimulados e protegidos.

A solidariedade, por sua vez, aparece como resposta à tentação do individualismo e à indiferença diante do sofrimento alheio. Ela é condição para o florescimento humano coletivo e para a construção de comunidades saudáveis. Devemos nos lembrar que confiar, colaborar e cuidar do outro são atitudes que sustentam a vida democrática e tornam possível o enfrentamento dos desafios comuns.

O princípio da subsidiariedade também é discutido, entendido como uma chave para pensar a relação entre indivíduo, comunidade e Estado. A partir dele, somos convidados a assumir responsabilidades, agir localmente e fortalecer o protagonismo dos grupos menores, valorizando o associativismo e reconhecendo que o bem comum é resultado de esforços compartilhados.

Ao tratar do bem comum, afirma-se que ele diz respeito sobretudo às condições concretas que permitem a cada pessoa buscar sua excelência e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Garantias materiais, institucionais e culturais são necessárias, mas é o engajamento do cidadão, ao participar, informar-se, associar-se e buscar soluções públicas, que faz toda a diferença.

Por fim, o livro dedica atenção especial à educação. Em meio a desafios contemporâneos como excesso de informações, crise de vínculos e sofrimento emocional, ele propõe, como pilar de uma sociedade democrática, uma formação genuinamente integral, voltada para o autoconhecimento, o cultivo das virtudes e

o protagonismo dos estudantes. Assim, a educação é vista como caminho para formar cidadãos capazes de dialogar, conviver e agir com responsabilidade, tornando a democracia uma experiência vivida e compartilhada.

A busca pela excelência política é difícil, mas também inescapável. E é justamente por isso que devemos buscá-la com zelo. Naquilo que é mais importante, um esforço mediano não é suficiente. Precisamos de todo o empenho para que a democracia se torne de fato uma democracia, de toda a virtude e toda a sabedoria de que formos capazes, especialmente nos dias de hoje. Para isso, este livro será de grande auxílio.

Bernardo Brandão
Professor da UFMG

INTRODUÇÃO

As últimas décadas têm sido marcadas por muitas transformações em nossa sociedade brasileira. Em termos políticos, desde a Constituição de 1988, tivemos grande avanço em termos de liberdades civis e políticas, o estabelecimento de instituições estáveis, eleições livres e plurais e aumento da participação social em assuntos caros à nossa democracia. Ao mesmo tempo, os avanços não se estenderam a todos os aspectos do regime. A fragilidade das liberdades conquistadas, o aparelhamento das instituições, escândalos de corrupção, impulsos autoritários e a crescente radicalização das opiniões públicas, especialmente em ambientes digitais, mostram que ainda existe muito espaço para evoluirmos politicamente.

A combinação complexa entre as liberdades conquistadas e os desafios existentes têm gerado um cenário em que poder pensar e se expressar passou a significar, muitas vezes, criticar e condenar – sem considerar reflexão adequada e até mesmo as consequências de cada ideia propagada.

Em meio a tanta opinião, parece haver pouca reflexão; em meio a tanta fala, vê-se pouco diálogo; e em meio a tanto debate, parece haver pouca política.

Por esse motivo, é essencial que haja meios que não apenas aponte nossos desafios políticos e sociais, mas que também convide as pessoas a refletirem sobre eles. É justamente para isso

EM MEIO A TANTA
OPINIÃO, PARECE
HAVER POUCA
REFLEXÃO; EM MEIO
A TANTA FALA, VÊ-
SE POUCO DIÁLOGO;
E EM MEIO A TANTO
DEBATE, PARECE
HAVER POUCA
POLÍTICA.

**POR ESSE MOTIVO,
É ESSENCIAL
QUE HAJA MEIOS
QUE NÃO APENAS
APONTE NOSSOS
DESAFIOS
POLÍTICOS E
SOCIAIS, MAS QUE
TAMBÉM CONVIDE
AS PESSOAS
REFLETIR SOBRE
ELES.**

que propomos este livro. Assim, as próximas páginas são tentativas de explicar essa visão de mundo pautada em valores e virtudes importantes para a democracia.

Optamos por dividir este livro em duas partes. A primeira estabelece o parâmetro conceitual para três dimensões que acreditamos serem vitais para o fortalecimento de uma democracia: valor humano, vida em sociedade e vida política. Já na segunda parte, discutimos de maneira prática como aplicar esses conceitos à luz da educação para democracia.

Sendo assim, a primeira parte aborda as seguintes temáticas:

1. Começando pelo ser humano, abordaremos o valor intrínseco da dignidade humana. É a dignidade que dota potencial para a excelência e para as virtudes, elementos que, quando desenvolvidos em suas potencialidades, concretizam-se na solidariedade.

2. Trataremos, em seguida, do tema da vida em sociedade, a coletividade que resulta da natureza tendencialmente virtuosa e solidária do ser humano. Como espaço de liberdade e subsidiariedade, consideramos a sociedade civil a estrutura de uma comunidade plural e rica, capaz de desenvolver e oferecer o bem comum.

3. Por fim, exporemos a nossa compreensão sobre a vida política, a partir da noção de bem comum. Por meio do conceito do Estado de direito, a garantir as liberdades, propomos a democracia como o regime político mais adequado para atingir o bem comum e para o florescimento humano.

Na segunda parte, voltamo-nos à aplicação prática desses princípios no campo da educação, refletindo sobre como formar pessoas conscientes de sua dignidade e capazes de viver as virtudes em comunidade. Essa seção propõe um olhar sobre a educação integral e seus desafios contemporâneos, tendo a dignidade da pessoa humana como fundamento primordial.

Serão explorados temas como o autoconhecimento como primeiro passo da formação pessoal, a ética das virtudes e a busca pela excelência humana na educação, culminando na apresentação dos frutos de uma educação orientada pelas virtudes, que visa não apenas o saber, mas o ser e o conviver.

A exposição fundamentará a conclusão de que todos os valores desenvolvidos e harmonizados propiciam a formação de cultura democrática, entendida como o elemento central para um Brasil mais colaborativo, honesto e democrático.

Desejamos uma boa leitura.

PARTE 1

1

**EM DIREÇÃO AO RESPEITO
DA DIGNIDADE HUMANA**

Aristóteles dizia que o ser humano é um ser vivo, mas não é qualquer ser vivo; que é um animal, mas diferente dos outros animais. Há algo na natureza humana que não se encontra nos outros seres. O fato de podermos ler este texto e de refletirmos sobre o seu conteúdo nos ajuda a entender o fundamento dessa diferença. Ao ponderarmos sobre as nossas emoções e expressarmos conceitos abstratos por meio de sons e símbolos, demonstramos que podemos apreender e comunicar elementos intelectuais, que transcendem a vida puramente material. Isso ilustra a nossa capacidade da razão: o poder de descobrir verdades imateriais, de conceber conceitos lógicos e matemáticos e de expressá-los aos outros.

Essa capacidade fantástica, de fazer uso da razão e de agir com fundamento nela, permeia todo o debate filosófico da história humana ocidental – pois é central para a compreensão do que é humano. Isso não quer dizer que a razão não é e pode ser muitas vezes limitante. Queremos dizer, por outro lado, que é dessa capacidade que se atribui aos indivíduos a qualidade de pessoas: sujeitos ativos, responsáveis pela própria vida e titulares de direitos e deveres. Immanuel Kant, um importante filósofo alemão, justamente cunhou o termo “dignidade da pessoa humana” para esse aspecto.

Estará aí nossa primeira provocação: se o que distingue os seres humanos dos outros seres é nossa dignidade, não deveria ser por esse aspecto que deveríamos começar a pensar outros elementos da vida humana? Não deveria ser a dignidade humana o princípio fundamental da sociedade, da política, do Estado?

Se levarmos a sério esse argumento, deveremos conceber que, se somos dotados de razão, não é apenas ambiente externo, ou algum aspecto biológico, que nos determina. Se o ser humano é capaz de descobrir e compreender verdades racionais, ele também é capaz de determinar, por sua própria vontade, as suas ações. Assim, na essência da ação humana, estará a capacidade de agir a partir das próprias convicções e, portanto, de agir com liberdade. As liberdades individuais são nada mais do que ex-

O SER HUMANO
É DIGNO EM
RAZÃO DAQUILO
QUE É – NÃO EM
RAZÃO DO QUE
TEM, APRENDEU,
CONQUISTOU, OU DO
SEU STATUS EM UMA
SOCIEDADE.

pressões naturais de nossa capacidade de nos autodeterminar e definir os rumos de nossa própria existência.

Esse argumento tem por base uma concepção da natureza. O ser humano é digno em razão daquilo que é — não em razão do que tem, aprendeu, conquistou, ou do seu status em uma sociedade. Se pensarmos, por exemplo, em indivíduos cuja circunstância lhes impede de realizar certas escolhas, como um indivíduo com certa deficiência física ou mental; não podemos dizer que eles são menos dignos que alguém, pois todo ser humano é detentor de uma dignidade intrínseca. Por isso, a dignidade humana de todos os indivíduos é exatamente igual. Nenhuma pessoa tem maior valor intrínseco que outra. Não há seres humanos mais ou menos dignos, e a igualdade se preserva a despeito das escolhas que cada indivíduo tenha feito para si. Parece um bom começo de conversa, algo que não pode ser deixado de lado em qualquer organização política que se pretenda democrática.

No entanto, a concepção individual da dignidade humana não nos diz muito a respeito de seu alcance. Se dissesse, nem precisaríamos falar em “organização política que se pretenda democrática”, muito menos em responsabilidade e deveres. Como indivíduos dignos em razão daquilo que somos, reconhecer a dignidade humana representa valorizar e respeitar cada indivíduo e ser humano, independentemente de circunstâncias naturais — como deficiências mentais e físicas — e de razões ideológicas, sociais ou religiosas. Também podemos imaginar que uma sociedade que promove a dignidade é aquela que tem normativas de respeito aos seres humanos, aquela que lhes concede autonomia para viver a própria vida com liberdade, bem como promove condições adequadas para a vida digna. É aquela sociedade que não viola a própria dignidade que a sustenta.

Assim, não se pode perder de vista que a sociedade deve servir sempre como instrumento para a realização dos indivíduos que a compõem, e nunca o contrário. A primazia do valor é sempre do ser humano, titular de dignidade intrínseca. É por isso que não se deve exigir o sacrifício de uma pessoa pelo bem da comunidade. Aqui, reitera-se o princípio da dignidade em

**[...] UMA SOCIEDADE
QUE RESPEITE
E PROMOVA A
DIGNIDADE HUMANA
DEVE ATINGIR
UM IMPORTANTE
EQUILÍBRIO
ENTRE INDIVÍDUO
E COMUNIDADE,
ENTRE A LIBERDADE
INDIVIDUAL E OS
REQUERIMENTOS DO
BEM COMUM.**

**ELA DEVE PROMOVER
UM CATÁLOGO
GENEROSO DE
DIREITOS HUMANOS,
GARANTIAS DADAS
ÀS PESSOAS CONTRA
OS DESMANDOS
DE UM GOVERNO
AUTORITÁRIO, OU
MESMO CONTRA
AÇÕES DE OUTROS
INDIVÍDUOS.**

Immanuel Kant, segundo o qual os seres humanos devem sempre ser tratados como fins em si mesmos, e nunca como meios para outra finalidade. A instrumentalização de qualquer pessoa acarreta a violação inaceitável da sua dignidade.

Portanto, perguntamos se não deveríamos questionar modelos sociais que deterioram os indivíduos que dela fazem parte. Independentemente da ideologia a que se filiam, propostas que acarretam a instrumentalização do indivíduo deveriam ser inadmissíveis. Quando tomamos a dignidade da pessoa humana como o princípio norteador de tudo o que diz respeito a ela, não podemos aceitar que a confundam com uma engrenagem na máquina social. Ela é muito mais do que isso.

Isso não significa precisar aderir ao extremo oposto; uma ordem social atomista, que conceba o indivíduo apenas na sua individualidade abstrata e desconectado dos relevantes laços que o unem a outras pessoas e à comunidade inteira, pode igualmente ser inadequada. Indivíduos isolados, desprovidos de comunidades vibrantes e democráticas, correm o risco de tornarem-se frágeis e vulneráveis.

Vista desse modo, uma sociedade que respeite e promova a dignidade humana deve atingir um importante equilíbrio entre indivíduo e comunidade, entre a liberdade individual e os requerimentos do bem comum. Ela deve promover um catálogo generoso de direitos humanos, garantias dadas às pessoas contra os desmandos de um governo autoritário, ou mesmo contra ações de outros indivíduos. Servindo como base da organização social, os direitos fundamentais, que correspondam à dignidade da pessoa humana devem ser respeitados e promovidos.

Por outro lado, a importância da vida comunitária para o alcance da dignidade humana também embasa uma ideia de deveres fundamentais: um conjunto essencial de responsabilidades que cada ser humano deve ter para com a sociedade em que vive. Apenas em sociedade é que podemos nos realizar completamente, materializar nossa dignidade. Por isso, é necessário que a cultura da sociedade política de que fazemos parte traduza valores condizentes com a dignidade humana.

2

VIRTUDE E BUSCA PELA EXCELÊNCIA

O ser humano se distingue por ser racional e livre; tem a capacidade de pautar a sua conduta de acordo com o ideal de bem que concebe racionalmente. Não está no mundo como o resultado fatalista das suas circunstâncias, pois tem o poder de agir e de influenciar as condições de sua própria existência. Há um mundo de possibilidades contidas na vida de uma única pessoa: um mundo de sentimentos, ideias e ações insubstituíveis. A dignidade da pessoa humana traduz o valor infinito e a aptidão que cada um possui frente a si mesmo e frente aos outros.

Mas como usar da melhor forma possível a liberdade da qual dispomos? Como usarmos a vida para sermos felizes sem saber exatamente no que consiste a realização de bem e felicidade própria? Existem muitas teorias sobre como desenvolver essa aptidão, de se buscar o bem e a felicidade própria. É natural que todos busquem uma sociedade que traduza o valor da dignidade humana. As visões sobre os modos para se alcançá-la variam conforme cada leitura sobre o ser humano e suas potencialidades. Afinal, em uma sociedade democrática, pautada por princípios de pluralidade e de liberdade, cada um tem o direito de viver e de buscar se desenvolver conforme acredita ser mais adequado.

Isso não significa, porém, que, embora possíveis, todas essas formas sejam igualmente eficazes ou capazes de desenvolver a potencialidade contida em cada pessoa. Ao mesmo tempo, nem todas as maneiras geram, de modo conjunto, consequências positivas para a coletividade como um todo. Tal como em uma orquestra, é importante que os instrumentos estejam afinados, mas, também, que sejam coordenados para que a música – o produto final – seja harmoniosa. O afinamento, para os seres humanos, seria justamente o desenvolvimento das virtudes que geram, por sua vez, uma sociedade harmoniosa também.

Refinamento talvez seja um termo mais adequado para essa questão, pois a ideia de virtude afasta, justamente, uma noção conformista e limitante da natureza humana. Acreditar na riqueza da virtude significa acreditar que todo e qualquer ser

**ACREDITAR NA
RIQUEZA DA
VIRTUDE SIGNIFICA
ACREDITAR QUE
TODO E QUALQUER
SER HUMANO PODE
SE TORNAR A SUA
MELHOR VERSÃO;
QUE PODE ATINGIR
NA SUA VIDA UMA
POTENCIALIDADE
MUITO ALÉM DA SUA
REALIDADE ATUAL.**

humano pode se tornar a sua melhor versão; que pode atingir na sua vida uma potencialidade muito além da sua realidade atual. Como disse o filósofo e imperador romano Marco Aurélio há dois milênios, há algo dentro de nós muito mais poderoso e miraculoso do que as coisas que nos afetam.

Por sermos livres e capazes de nos autodeterminar, nos é aberta a porta para a busca do bem integral de cada pessoa e da sociedade. Quando exercermos a liberdade com a intenção de realizar um bem, a liberdade justifica a sua razão de ser. O desejo pelo bem transforma a personalidade que age. Quem faz o bem transforma a si mesmo, por meio de sua conduta, em uma pessoa melhor, pois é agindo em prol dele que aprendemos, com mais facilidade, a discernir a atitude adequada a tomar em cada situação da vida cotidiana. Mas, é claro, em nenhum momento perdemos a raiz de nossa liberdade: sempre é possível escolher um ou outro, o bem ou o mal. É por isso que uma vida virtuosa exige um esforço constante e incessante.

A virtude é uma ação que se conforma com, apesar de não ser somente determinada pela razão. Ela não é um sentimento semelhante ao desejo, o medo, a inveja, ao mesmo tempo que os homens que sentem tais emoções não são considerados bons ou maus. A virtude não é uma capacidade de sentir emoções. Ela é um hábito voluntário decorrente da escolha deliberada que leva as nossas emoções e sentimentos em consideração e que tem um bem como intenção e fim. Em nossa liberdade, se deliberadamente escolhemos desenvolver o potencial nosso e das pessoas ao nosso redor, podemos dizer que buscamos um bem e que estamos sendo virtuosos. Para além do próprio ato, o resultado é positivo, benéfico. Porém, quando optamos por adequar esse princípio da ação a finalidades mesquinhas ou egoístas, perdemos a essência desse bem e da virtude. Afinal, ser virtuoso não é cumprir normas ou ganhar medalhas, pois não depende de cumprimentos pontuais, muito menos de reconhecimento externo. Ser virtuoso, por outro lado, é reconhecer o que fazemos, escolher esse bem, e o executar voluntariamente de maneira recorrente. Começamos, pois, a definir o conceito da virtude como

A VIRTUDE [...] É UM
HÁBITO VOLUNTÁRIO
DECORRENTE DA
ESCOLHA DELIBERADA
QUE LEVA AS
NOSSAS EMOÇÕES
E SENTIMENTOS EM
CONSIDERAÇÃO E QUE
TEM UM BEM COMO
INTENÇÃO E FIM.

hábito que se conforma com nossa capacidade da razão.

Fala-se de um tipo muito específico de virtude que, em sua natureza, é destruída pela falta e pelo excesso. Tanto a escassez como o excesso da ação virtuosa a destroem. Da mesma maneira que alimentos e bebidas podem ultrapassar determinados limites, tanto para mais como para menos, atormentando a saúde, virtudes em falta e excesso são, na verdade, vícios, pois não se conformam com a razão. Uma ação virtuosa, assim, requer certas ações praticadas nas devidas proporções. Isso não quer dizer que não devemos buscar a excelência, mas sim, que ela sempre é relacionada com a escolha e consistente que equilibra os nossos desejos para uma vida de contentamento interior.

No entanto, assim como uma pessoa pode ser virtuosa, também uma sociedade pode ter virtudes. Ao se comprometer com os valores da justiça e da paz, por exemplo, uma sociedade pode se tornar justa e pacífica. Todavia, para isso, é necessário que esse compromisso não se dê apenas por formalidades. Assegurar constitucionalmente o compromisso com a paz e os direitos humanos é importante, mas devemos assegurar, também, que esse passo se concretize na realidade. As virtudes são antes atos que discursos; é necessário que elas sejam vividas substancialmente pelos cidadãos, pelas associações e pelas autoridades constituídas. Caso contrário, a virtude anunciada não será mais que ficção.

Acreditamos que, dentre várias possibilidades, o desenvolvimento das virtudes dos indivíduos é um dos caminhos mais adequados para se construir uma sociedade que respeite direitos fundamentais e que reconheça a dignidade dos seres humanos que nela habitam. O ser humano deve grande parte de sua formação às influências que recebe dos meios em que se insere, dentre os quais a sociedade tem destaque. Eis por que ela tem um importante papel de fomento à virtude dos indivíduos. Mas não apenas isso: as ações dos indivíduos também ajudam a formar o caráter da sociedade como um todo. Uma sociedade honesta depende que os seus membros sejam honestos. Portanto, uma sociedade virtuosa existe quando seus indivíduos são virtuosos.

Neste sentido, a sociedade compartilha da responsabilidade

**AS VIRTUDES SÃO
ANTES ATOS QUE
DISCURSOS; É
NECESSÁRIO QUE
ELAS SEJAM VIVIDAS
SUBSTANCIALMENTE
PELOS CIDADÃOS,
PELAS ASSOCIAÇÕES
E PELAS
AUTORIDADES
CONSTITUÍDAS.**

de fomentar a virtude dos seus membros, sempre respeitando a sua liberdade. Algumas ações são oportunas para este intento. Deve-se fomentar a liberdade substancial para os indivíduos buscarem uma vida de excelência; estimular a virtude por meio da promoção de valores e exemplos; promover a responsabilidade pessoal; e rechaçar um imaginário social depreciativo, que enxerga o ser humano através de lentes pessimistas. Fomentar uma vida de virtude é crucial para a construção de uma sociedade colaborativa, honesta e democrática.

Por isso, pensar o desenvolvimento da sociedade é, também, defender o desenvolvimento dos indivíduos que dela fazem parte. A virtude individual, assim, é de enorme importância para o bem da comunidade: indivíduos virtuosos serão melhores cidadãos, trabalhadores e familiares. A todas as associações, escolas, empresas, enfim, cabe uma parcela da responsabilidade de estimular virtudes e de promover uma cultura coerente com esses valores. Sonhar com uma sociedade colaborativa, honesta e democrática é, também, sonhar com uma sociedade virtuosa.

3

VALORIZANDO O PRÓXIMO: SOLIDARIEDADE COMO VIRTUDE

“**A** medida que uma pessoa muda sua própria natureza, a atitude do mundo em direção a ela também muda”. A imponente fala de Mahatma Gandhi expressa corretamente o princípio de que toda transformação no mundo ao nosso redor começa a partir de nós mesmos: para colhermos um mundo melhor, é necessário cultivá-lo antes. Como, porém, devemos agir para construir uma sociedade mais colaborativa, honesta, democrática? Como podemos gerar uma sociedade melhor, na qual todos possam desenvolver ao máximo seu potencial?

A conexão entre o desenvolvimento individual e o desenvolvimento do mundo ao nosso redor é clara. No entanto, há um elemento no meio desse caminho que parece estar ausente na importante frase de Gandhi. Entre desenvolver nossas virtudes e ter como resultado uma ação que faz o mundo melhor, falta qualificar um elemento que toca a própria natureza social do ser humano: a solidariedade.

Entendemos que a combinação inexorável do respeito à dignidade da pessoa humana com o desenvolvimento das virtudes resulta em solidariedade – uma atitude que transcende o indivíduo, em direção às pessoas ao seu redor. A mesma virtude que abre as portas para a excelência no plano individual também permite que nós sejamos melhores amigos, familiares e cidadãos.

Não podemos esquecer que a vida social é parte constitutiva da natureza humana. É clássica a tese aristotélica segundo a qual o homem é um animal social, e não precisamos ser filósofos para compreendermos como esta percepção tem algo de profundamente verdadeiro. Do início ao fim, a nossa vida é sempre enriquecida pela dimensão social. Nascermos, vivermos e morreremos em comunidade, cercados por familiares e amigos. Nossas maiores vitórias geralmente são comemoradas com outras pessoas, assim como são consolados os nossos piores momentos.

A solidariedade adquire os contornos de um bem intrínseco, de uma dimensão irredutível do florescimento humano. Para entendermos as raízes profundas da comunidade, é útil resgatar

mais um conceito utilizado por Aristóteles. O filósofo grego, ao meditar sobre o tema da *philia* (amizade), propõe que ela é uma vinculação entre as pessoas, responsável por “afastar os jovens do erro” e “estimular a prática de ações nobres”, àqueles “no vigor da idade”. De um jeito ou de outro, a amizade, ou a disponibilidade de vinculação humana, estaria na centralidade do desenvolvimento de cada ser humano em direção a seu aperfeiçoamento.

Essas reflexões, em graus mais profundos ou superficiais, são úteis para o exame da natureza da comunidade em geral. É evidente, e muito útil, que haja grupos constituídos apenas com propósitos de mútua conveniência. Basta atentar para os benefícios de uma economia robusta, composta por milhares de empresas, para notar a necessidade deste tipo de associação no mundo contemporâneo. Igualmente, há um lugar importante para aqueles grupos criados com o propósito de entreter os seus membros, como associações esportivas ou artísticas. Porém, são os grupos interessados na realização humana de cada indivíduo, cujo escopo é o bem real dos seus membros, que são capazes de fornecer as bases éticas de uma sociedade política. Estaria aí uma disposição tão altruísta das relações a ponto de ter como produto o interesse no florescimento de um outro.

Não há nada errado com os níveis mais rasos dessas relações. Mas é apenas o nível mais profundo que nos ajuda a enxergar com nitidez o conceito de solidariedade. Podemos compreender a solidariedade como uma virtude particular que nos orienta a tratar o próximo não apenas como instrumento para a nossa própria utilidade ou prazer, mas como um ser tão digno da realização integral quanto nós mesmos.

A atitude orientada em vista do bem do outro ser humano passa pelo reconhecimento de sua igual, e especial, dignidade. Quando boa, a ação reiterada cria uma virtude que podemos chamar de solidariedade; e é somente esta disposição interior que tem o condão de dar as bases da vida social. A solidariedade fortalece laços entre as pessoas, criando as condições do surgimento de uma robusta sociedade civil. Ela gera também condi-

**[...] É APENAS
O NÍVEL MAIS
PROFUNDO QUE NOS
AJUDA A ENXERGAR
COM NITIDEZ O
CONCEITO DE
SOLIDARIEDADE.
PODEMOS
COMPREENDER A
SOLIDARIEDADE
COMO UMA VIRTUDE
PARTICULAR QUE**

NOS ORIENTA A
TRATAR O PRÓXIMO
NÃO APENAS COMO
INSTRUMENTO PARA
A NOSSA PRÓPRIA
UTILIDADE OU
PRAZER, MAS COMO
UM SER TÃO DIGNO
DA REALIZAÇÃO
INTEGRAL QUANTO
NÓS MESMOS.

ções importantes para o sucesso da sociedade, como a confiança entre os membros da comunidade e a criação de um espaço propício para se desenvolver.

Mas por que se preocupar com a solidariedade? Entendemos que a solidariedade é um bem para todos os seres humanos e para suas comunidades. Assim, acreditamos ser necessário construir um Brasil mais solidário, para que, finalmente, possamos conceber uma sociedade em que se considere o próximo como um igual, digno de confiança e de respeito.

4

QUANDO OS CIDADÃOS SE ENCONTRAM: SOCIEDADE CIVIL

O que quer dizer sociedade civil? O conceito existe há alguns séculos, tendo sido conceituado por filósofos como Adam Ferguson, Immanuel Kant e Georg Wilhelm Friedrich Hegel. De um jeito ou de outro, trata-se da esfera que não é individual tampouco estatal. Entendemos sociedade civil como o conjunto de relações humanas, de natureza cultural e associativa. É um complexo de instituições, vínculos e valores, independente do Estado e por vezes contraposto a ele, cujo princípio unificador não consiste essencialmente em relações de puro poder ou na busca da utilidade econômica.

Falamos, aqui, de uma conexão virtuosa, para além de meros interesses: o princípio unificador trata-se justamente da solidariedade no seu sentido mais profundo, aquela atitude orientada em vista do bem do outro ser humano. O sociólogo Jeffrey Alexander sugere que se compreenda a sociedade civil como uma “esfera de solidariedade”: uma espécie de comunidade solidária composta por práticas culturais de civilidade e respeito mútuo, e constituída por diversas instituições sociais. Assim, ao permitir a convivência e a colaboração entre os diferentes componentes da sociedade civil, a solidariedade fortalece o tecido social e facilita as dinâmicas de cooperação nele presentes.

Isso não significa que a sociedade civil se componha unicamente de relações pacíficas e harmoniosas. É fato que a dinâmica de sociedades complexas envolve a disputa constante de ideias e por recursos, sendo necessário que a tensão se manifeste de uma forma democrática – até porque cada um tem seus objetivos. Assim, a sociedade civil é um dos locais de negociação de interesses conflitantes dos diversos segmentos sociais, os quais podem se ver representados no contexto de um pluralismo sadio e bem-vindo. A sociedade civil é um dos produtos da mediação do conflito de interesses políticos e econômicos, de forma que, em vez de pôr em risco a estabilidade da ordem social, ajuda a revigorá-la por meio do fortalecimento do debate democrático.

**[...] A SOCIEDADE
CIVIL É UM
DOS LOCAIS DE
NEGOCIAÇÃO
DE INTERESSES
CONFLITANTES
DOS DIVERSOS
SEGMENTOS SOCIAIS,
OS QUAIS PODEM SE
VER REPRESENTADOS
NO CONTEXTO DE UM
PLURALISMO SADIO E
BEM-VINDO.**

A sociedade civil também é importante por garantir um espaço de liberdade para os cidadãos com relação ao Estado. Quando vigorosa, a sociedade civil ocasiona uma distribuição descentralizada de poder entre inúmeras instituições, o que fornece um conjunto de “freios e contrapesos” à atuação estatal. Dessa forma, inibe-se o cometimento de arbitrariedades e assegura-se aos cidadãos meios para negociar com o governo ou mesmo opor-se a ele. Recorda, por exemplo, do papel essencial que órgãos de imprensa e organizações do terceiro setor desempenham na vigilância da atuação dos regimes nacionais, democráticos ou não. Estas instituições também são parte do tecido da sociedade civil. Por desempenhar um papel tão relevante na construção de uma democracia saudável, entendemos que a sociedade civil constitui um aspecto fundamental da vida política. O estudo de seu funcionamento torna-se uma tarefa necessária para todos aqueles que, como nós, preocupam-se com o aprimoramento da democracia no Brasil.

Uma sociedade civil não se cria do nada. Em primeiro lugar, ela necessita uma série de garantias institucionais para o seu florescimento, como os direitos fundamentais de ir e vir e de se associar. Mas, além disso, a sociedade civil depende daquilo que Vaclav Havel chama de um “código básico de existência mútua”, um mínimo comum compartilhado por toda a comunidade, uma espécie de cultura que possibilite o surgimento dos vínculos sociais.

Há uma mútua dependência entre a cultura e a sociedade civil. Por um lado, esta é fortalecida por práticas culturais e valores compartilhados, pois a associação entre pessoas se torna mais provável quando há a percepção deste compartilhamento. Se os cidadãos de uma comunidade entenderem a importância, para eles mesmos, do diálogo e do civismo, muito maiores as chances de eles cooperarem entre si e desenvolverem laços duradouros. Ao mesmo tempo, uma extensa e robusta sociedade civil favorece a transmissão da cultura, na medida em que é na interação, e principalmente no diálogo possibilitado pela sociedade civil, que princípios e práticas culturais são debatidos,

**[...] UMA EXTENSA E
ROBUSTA SOCIEDADE
CIVIL FAVORECE
A TRANSMISSÃO
DA CULTURA, NA
MEDIDA EM QUE É
NA INTERAÇÃO, E
PRINCIPALMENTE
NO DIÁLOGO
POSSIBILITADO PELA
SOCIEDADE CIVIL,
QUE PRINCÍPIOS
E PRÁTICAS**

**CULTURAIS SÃO
DEBATIDOS,
REFINADOS E
INTERNALIZADOS.
ASSIM, AS PRÁTICAS
DE COOPERAÇÃO
CULTURAIS SERVEM
PARA CRIAR E
FORTALECER A
PRÓPRIA CULTURA.**

refinados e internalizados. Assim, as práticas de cooperação culturais servem para criar e fortalecer a própria cultura.

Sendo assim, para aprimorar a vida política e social brasileira, acreditamos no valor essencial da sociedade civil e de sua cultura. O trabalho com política é infrutífero quando não se dá a devida atenção à base, à própria sociedade e seu modo de ser. Desta forma, é necessário aproximar a política e a democracia do ser humano concreto, que as vivem na prática. E essa aproximação se dá principalmente no âmbito da sociedade civil.

5

OLHANDO PARA O NÍVEL LOCAL: O CONCEITO DE SUBSIDIARIEDADE

Qual deve ser a relação mais adequada entre indivíduo, comunidade e Estado? Em decorrência da dignidade da pessoa humana, sabemos que é preciso haver, ao menos, um elemento presente na sociedade: a garantia substancial de liberdade para os indivíduos. Entendemos que é apenas na ação livre, orientada pela razão, que o ser humano é capaz de se desenvolver plenamente. Assim, liberdade de ação é condição necessária para o respeito à pessoa como fim em si mesmo. O fato de o ser humano ser sociável por natureza implica que ele frequentemente se associará com outros indivíduos, para os fins que eleger. As associações humanas, heterogêneas na estrutura e no propósito, constituem, portanto, partes elementares da própria liberdade.

Entendemos que uma sociedade virtuosa precisa conferir grande respeito às associações. Ausentes as capacidades de agir de forma livre e de criar associações autônomas, os indivíduos de uma sociedade tornam-se pouco mais que engrenagens no todo social, o que não coincide com a dignidade humana. Não se pode esquecer que a pessoa tem prioridade ontológica sobre a sociedade, porém, ao mesmo tempo, sabe-se que encontrar o equilíbrio entre os limites da ação individual e os limites da influência do bem coletivo é um problema filosófico que vem permeando as mais diversas escolas do pensamento político.

Como conciliar o valor infinito do indivíduo com a sociedade política? O cuidado com o bem comum da coletividade é um elemento essencial para o florescimento de qualquer sociedade, e a preservação desse valor é uma responsabilidade que existe para todos os seus membros. Todos nós, enquanto indivíduos e membros de associações, temos o direito e o dever, sempre dentro dos limites da razão, de contribuir para o bem social. Há algumas razões para apoiar essa conclusão.

Em primeiro lugar, o Estado sozinho não terá meios eficazes para cuidar da sociedade de maneira suficiente. Esperar, com frequência, tudo do governo é um convite à decepção. Em segundo lugar, não é nem mesmo prudente fazê-lo: poderosos de-

mais frente à sociedade, os governantes podem ceder à tentação de tentar esmagá-la, ou absorvê-la, para dentro dos interesses do próprio Estado. Acima de tudo, não devemos fomentar um contexto social de protagonismo exclusivo do governo. Se as soluções dos problemas sociais forem sempre estatais, a sociedade rapidamente se tornará passiva e desarticulada. O ser humano deixará de agir como autor da própria vida e como cidadão responsável de sua comunidade, tornando-se mais próximo de um consumidor receptivo, passivo à atuação do Estado.

Isso não significa, porém, que não haja espaço ou importância para a ação do Estado, ou que ele deva deixar de existir. Pelo contrário, o Estado é, antes de mais nada, a garantia de que o princípio da dignidade da pessoa humana seja respeitado e de que a organização social satisfaça os requisitos para esse mesmo princípio. Afinal, quando a dignidade da pessoa humana não é garantida, o ser humano se torna incapaz de se realizar e se desenvolver plenamente enquanto humano. Estará aí nossa provocação: se a dignidade da pessoa humana é condição necessária para se assegurar o pleno desenvolvimento humano, e ela, bem como seus requisitos, não são garantidos pelos cidadãos e associações menores, quem deve os garantir?

A maneira mais adequada de conciliar a liberdade individual e coletiva com a responsabilidade social segue o princípio da subsidiariedade. Este princípio se traduz em uma concepção rica de sociedade, na qual o pressuposto é o de que os indivíduos e seus diversos grupos possuem grande autonomia para agir e se associar. A liberdade, decorrente da dignidade humana, é essencial para o indivíduo se realizar enquanto ser humano; e a liberdade para se associar com outros seres humanos é uma condição necessária para assegurar este pleno desenvolvimento. Pressupondo essa liberdade, o princípio da subsidiariedade oferece uma solução para quando tal liberdade não se mostra capaz de garantir os requisitos para a efetivação da dignidade da pessoa humana em sociedade. Assim, quando os cidadãos e as associações imediatas são impossibilitados de fazê-lo, permite-se atribuir a responsabilidade para associações maiores,

**[...] O ESTADO É,
ANTES DE MAIS
NADA, A GARANTIA
DE QUE O PRINCÍPIO
DA DIGNIDADE
DA PESSOA
HUMANA SEJA
RESPEITADO E DE
QUE A ORGANIZAÇÃO
SOCIAL SATISFAÇA
OS REQUISITOS
PARA ESSE MESMO
PRINCÍPIO.**

**A MANEIRA
MAIS ADEQUADA
DE CONCILIAR
A LIBERDADE
INDIVIDUAL E
COLETIVA COM A
RESPONSABILIDADE
SOCIAL SEGUE
O PRINCÍPIO DA
SUBSIDIARIEDADE.**

chegando-se, progressivamente, no próprio governo. Quando o tecido social deixa de fornecer soluções adequadas para os problemas sociais, deve o poder público intervir.

Essa função, entretanto, precisa ter sempre a preocupação em indivíduos e a sociedade civil com o fim de restauração da vitalidade do corpo social, visando uma intervenção que possua caráter provisório, e não definitivo. A subsidiariedade recomenda que o governo respeite a primazia da sociedade civil, atuando apenas quando necessário para o bem comum. Na medida em que os grupos menores (empresas, associações de bairro, igrejas, clubes, etc.), que mais intensamente expressam o interesse de cada indivíduo que o compõem, são capazes de agir e contribuir para o bem comum eficazmente, o Estado tem a obrigação de respeitar essa autonomia. Até na divisão de competências entre municípios, estados e União, deve-se atentar pelo princípio de haver sempre a preocupação de fortalecimento das instâncias de governo mais próximas dos cidadãos. Dentro do próprio Estado, apenas aquelas atividades impróprias para a ação local devem ser transferidas para as esferas superiores.

Sendo assim, é possível destacar pelo menos três implicações do princípio da subsidiariedade:

Em primeiro lugar, a importância do nível local. O cidadão tem maior chance de ser protagonista na sua circunstância mais imediata, na qual conhece a fundo os problemas e pode criar soluções junto à sua comunidade. Por outro lado, quanto mais distante o governo do indivíduo, mais difícil se torna esta contribuição. Portanto, defendemos uma sociedade que valorize e promova a autonomia do nível local, e quando adequado, que essa autonomia seja fortalecida por organizações maiores, chegando-se no próprio governo, quando os indivíduos são impossibilitados de a fortalecer.

Em segundo lugar, a importância da sociedade civil. É necessário valorizar o papel do governo na transformação social, mas não procura que todas as soluções venham dele, como dito acima. Todavia, apostar no valor da sociedade para detectar e impactar a própria realidade. É fundamental acreditar no poder de mobiliza-

EM PRIMEIRO LUGAR,
A IMPORTÂNCIA DO
NÍVEL LOCAL. [...]

EM SEGUNDO LUGAR,
A IMPORTÂNCIA DA
SOCIEDADE CIVIL. [...]

POR FIM, É
NECESSÁRIO
DAR ÊNFASE AO
ASSOCIATIVISMO
COMO VALOR
INSUBSTITUÍVEL.

ção do indivíduo e dos grupos que compõem o tecido social.

Por fim, é necessário dar ênfase ao associativismo como valor insubstituível. O poder do indivíduo se multiplica quando ele se associa com seus pares e passa a contribuir de forma organizada para o bem comum. Esta dimensão associativa integra o conceito de uma cultura verdadeiramente democrática, pois é a expressão de uma sociedade que vive a democracia na prática. Portanto, é vital o fortalecimento e criação de associações.

Em conclusão, apenas uma sociedade subsidiária será capaz de assegurar a dignidade da pessoa humana e a liberdade de cada cidadão, ao mesmo tempo em que não abandona o ideal do bem comum das comunidades humanas.

6

**FINALIDADES
COMPARTILHADAS:
O BEM COMUM**

Por sermos seres tendencialmente sociáveis e colaborativos, realizamos muitas das nossas atividades em conjunto com outras pessoas. A vida humana não é completa na solidão, como se percebe na análise do comportamento gregário do ser humano. Por quererem viver em companhia uns dos outros, as pessoas criam inúmeros grupos com diferentes propósitos. Elas organizam equipes esportivas para se exercitar e se divertir; criam grupos de leitura para compartilhar experiências das obras lidas; criam empresas para exercer uma atividade econômica. Em outras palavras, buscam atingir alguma finalidade mediante a ação comum.

Pode-se ver como todo grupo de pessoas tem uma finalidade compartilhada, um objetivo instituído como meta coletiva dos seus membros. Se todo grupo possui uma meta coletiva, devem existir algumas condições necessárias para que o grupo atinja esta meta. Os jogadores de uma equipe, por exemplo, precisam de um mínimo de coordenação mútua para jogarem como um verdadeiro time. Em suma, as associações têm uma espécie de bem comum, um conjunto de condições necessário para o desempenho bem-sucedido de suas atividades.

Não é difícil imaginar esse conceito, quando pensamos nessas formas de associação. Elas têm um propósito claro, determinada por uma finalidade estabelecida. Muitas vezes conseguem atingir seu objetivo – vemos muitas escolas educando seus alunos, empresas operando corretamente e gerando resultados, organizações não governamentais atingindo seus fins. No entanto, embora no escopo local se tenha coordenação, nem sempre isso se vê entre as associações em escopo ampliado. Infelizmente, não se pode afirmar, com firmeza, que o bom funcionamento das associações significa, necessariamente, um bom funcionamento da sociedade.

Como garantir que as atividades de todos os grupos da sociedade existam de forma harmônica? Como assegurar que, para além das associações, haja regras sociais de convivência, mes-

mo que sem uma finalidade explicitamente determinada entre os indivíduos? É preciso haver uma associação que congregue todos os grupos de modo a assegurar uma margem de coordenação da atividade das múltiplas instâncias sociais. A esta “associação de associações” se dá o nome de comunidade política.

Uma comunidade assim descrita reúne todos os indivíduos e os seus grupos. Ela também possui uma finalidade compartilhada, um bem comum. Mas não se trata de uma finalidade limitada a um objetivo peculiar, como vencer uma partida esportiva. Trata-se, ao contrário, de um propósito que abrange a vida humana na sua completude.

Que propósito é esse? Como podemos defini-lo? Defendemos uma leitura que se sustenta sobre a dignidade da pessoa humana. Isso nos traz algumas pistas, especialmente porque, tendo um ponto de partida, é mais fácil delimitar o ponto de chegada. Sabemos que o valor irredutível de cada ser humano exige a garantia de uma margem importante de liberdade para que cada um possa conduzir os rumos de sua própria vida. Isso significa afirmar, então, que o bem comum deve se orientar pelo ser humano, e nunca o inverso. O bem comum, assim, não se trata de uma visão específica de sociedade, que determina verticalmente como deve ser a vida dos seus membros. Ao contrário, trata-se da sociedade que oferece aos seus membros um conjunto de condições que permite e facilita cada cidadão, conforme desejar, a busca de sua excelência.

Escolher buscar o aprimoramento é algo que pode ser estimulado ou fomentado, mas jamais obrigado. Tal como defendemos anteriormente, nenhuma virtude é verdadeira se não for integralmente voluntária. Por isso, o bem comum não pode ter como meta a formação de pessoas excelentes – isso seria ir longe demais. O bem comum político possui caráter limitado. Ele deve fornecer as condições para que cada ser humano possa atingir sua excelência com mais facilidade, mas a escolha pela virtude permanece sempre individual. Ter a consciência das limitações necessárias do bem comum assegura que o conceito não seja utilizado com fins autoritários, como lamenta-

O BEM COMUM,
ASSIM, NÃO SE
TRATA DE UMA
VISÃO ESPECÍFICA
DE SOCIEDADE,
QUE DETERMINA
VERTICALMENTE
COMO DEVE SER
A VIDA DOS SEUS
MEMBROS. AO
CONTRÁRIO, TRATA-
SE DA SOCIEDADE
QUE OFERECE AOS

**SEUS MEMBROS
UM CONJUNTO DE
CONDIÇÕES QUE
PERMITE E FACILITA
CADA CIDADÃO,
CONFORME DESEJAR,
A BUSCA DE SUA
EXCELÊNCIA.**

velmente já se verificou em vários momentos da história.

As “condições” que referimos na definição do bem comum político dizem respeito a diferentes tipos de necessidades humanas. Em primeiro lugar, um conjunto mínimo de condições materiais é indispensável para a vida de qualquer ser humano. Sem condições básicas de alimentação, de moradia e de saúde, nenhuma busca por excelência é possível. É importante que seja garantido às pessoas um conjunto mínimo de comodidades materiais, à medida das possibilidades da comunidade política.

No entanto, as condições materiais básicas não são em si mesmas suficientes. O bem comum não pode ser confundido com um conjunto de “bens comuns”, e nem a sociedade política pode ser compreendida como uma mera fornecedora de utilidades materiais. Há algumas condições institucionais necessárias para o atingimento do bem comum. Estas se relacionam principalmente ao Estado, em suas diferentes atribuições.

As competências do Poder Público – os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário – derivam sua legitimidade do mesmo cuidado para com o bem comum. Isso envolve a criação de leis justas e claras, a sua aplicação de forma imparcial e efetiva pela administração pública e o julgamento baseado nas mesmas leis que seja equânime e previsível. Justiça, assim, é fundamental.

Há ainda um terceiro conjunto de condições para a promoção do bem comum. São as condições culturais, relacionadas aos modos de sentir, pensar e agir dos indivíduos e de suas associações. A força da sociedade civil depende de elementos culturais como a confiança interpessoal, o associativismo e a predisposição de enxergar o outro cidadão como um igual.

Pensar a sociedade a partir do bem comum significa considerá-la como algo mais do que um mero agregado de indivíduos desconexos. Significa torná-la um espaço de atenção privilegiada. Assim, o bem comum acarreta responsabilidades para todos os membros da sociedade, e não apenas para o Estado. Isso significa que os cidadãos devem respeitar os direitos dos indivíduos e de suas associações, pois o bem da comunidade jamais pode ser alcançado às custas da violação de seus membros. A participa-

ção na vida política da comunidade é outra importante responsabilidade. Participar não se resume apenas a votar a cada dois anos, mas envolve também informar-se dos problemas da comunidade, associar-se com outros cidadãos, procurar soluções conjuntas para desafios coletivos, dentre outras atividades.

Estes são apenas alguns exemplos de responsabilidades derivadas do dever de cuidar do bem comum. O fomento ao senso de responsabilidade pelo bem comum é um desafio central para o fortalecimento de uma democracia. É necessário entender que cuidar da sociedade não é uma tarefa que possa ser terceirizada. É uma atribuição que compete a cada um de nós, e que nos torna verdadeiros cidadãos, agentes que trabalham por uma sociedade onde todos tenham a oportunidade de ser o melhor que podem ser.

7

**DA RAZÃO PARA O BEM
COMUM: LIBERDADE**

Fizemos múltiplas alusões ao conceito de liberdade; afinal, não é difícil perceber a ligação entre nossa liberdade e a democracia. O horror que é imaginar uma sociedade na qual apenas alguns desfrutam da liberdade de expressão, por exemplo, demonstra quanto a nossa noção de liberdade como um direito é vital para nós, em nosso dia a dia.

Às vezes esquecemos que, no período aristocrático, a liberdade era vista como um privilégio que lordes possuíam ao exercer seu poder de influência sobre o resto da sociedade. Esquecemos desse fato justamente porque às vezes se parece inconcebível falarmos de vínculos rígidos um ao outro por qualquer laço de casta ou classe. Parece claro; a liberdade como uma posse de um direito está na ponta de nossas línguas: somos livres precisamente porque ninguém tem o direito de exercer poder sobre nós sem o nosso consentimento, bem como outros são livres justamente porque nós não temos o direito de exercer poder sobre eles. O filósofo Isaiah Berlin compreende esse tipo de liberdade como relacionada à ausência de coerção: o ser humano seria tanto mais livre quanto menores fossem as obrigações impostas contra si mesmo por outras pessoas ou pelo governo.

Embora a garantia desse tipo de liberdade seja essencial para uma sociedade razoável, ela não atende de forma mais completa à dignidade de indivíduos racionais e autônomos, além de nos induzir a possuir o direito e gosto de viver independentemente de nossos semelhantes, em tudo o que nos diz respeito. A liberdade mais robusta transcende a simples zona de não coerção, concedendo aos indivíduos e às suas associações o poder de criar as regras que regerão a sua própria vida. Ela torna o ser humano responsável pelo governo de si mesmo, de modo a reconhecê-lo como sujeito das próprias ações. Mais a fundo, quando essa visão mais robusta de liberdade se soma à compreensão do ser humano como um ser racional, capaz de apreender o bem e pautar a sua conduta de acordo com ele, pode-se atingir o ideal de efetiva autonomia: a escolha livre com a

**A LIBERDADE
MAIS ROBUSTA
TRANSCENDE A
SIMPLES ZONA DE
NÃO COERÇÃO,
CONCEDENDO AOS
INDIVÍDUOS E ÀS
SUAS ASSOCIAÇÕES
O PODER DE CRIAR
AS REGRAS QUE
REGERÃO A SUA
PRÓPRIA VIDA.**

**ELA TORNA O
SER HUMANO
RESPONSÁVEL PELO
GOVERNO DE SI
MESMO, DE MODO
A RECONHECÊ-LO
COMO SUJEITO DAS
PRÓPRIAS AÇÕES.**

orientação da razão para o atingimento do bem humano, tanto o particular quanto o bem comum, na própria vida e na esfera social. A liberdade, nessas condições, abre as portas para que o ser humano alcance a sua realização plena.

O que isso significa na prática? O ideal de efetiva autonomia, na verdade, se resume no uso virtuoso de um direito na ação que se conforma com a razão. Assim, entenderíamos que além de não termos a liberdade de tirar a liberdade do próximo, por exemplo — de não cometer homicídios dolosos devido às regras que hoje nos regem, esses atos não se conformam com a razão, nem sequer geram realizações individuais de contentamento interior.

Apesar de esse ideal se reproduzir na escolha do cidadão em usar sua liberdade para o bem comum, o Estado de direito tem um papel essencial a cumprir para facilitar o exercício da liberdade. Em primeiro lugar, as restrições jurídicas impostas à autoridade política representam garantias indispensáveis contra o cometimento de abusos pelos governantes. São muitas vezes as arbitrariedades praticadas pelo Estado o principal empecilho à fruição da liberdade em uma sociedade: pense nas violações cometidas pelas ditaduras mundo afora contra os direitos civis e políticos dos cidadãos daqueles países.

Em segundo lugar, o convívio saudável dos cidadãos de uma comunidade depende da criação e da manutenção de um sistema jurídico que regule adequadamente os atos comuns da vida privada, como a celebração de contratos, a transmissão de propriedade e a resolução pacífica de disputas. Sem que haja um conjunto de regras claro e aplicado de forma equânime, a convivência dos seres humanos e o respeito aos direitos e às liberdades individuais se torna mais difícil. De uma forma ou de outra, é acertado dizer que o exercício efetivo da liberdade depende em enorme medida das instituições que regem a sociedade.

Entendemos que são vários os tipos de liberdade que cabe à sociedade assegurar formalmente. A liberdade de consciência, por exemplo, ocupa uma posição de primazia por ser dela que decorrerão todas as liberdades restantes. Acima de tudo, deve se resguardar o direito de cada ser humano de investigar a verdade e de viver

em harmonia com ela, sem que seja tolhido ou discriminado por conta de seus julgamentos. A sociedade precisará traçar limites à liberdade individual na medida de um possível conflito com o bem comum. A despeito disso, a liberdade de agir em conformidade com o juízo que se entende correto deve sempre ser vista como um requisito indispensável para o respeito à dignidade do ser humano.

Diretamente relacionadas à liberdade de consciência são as liberdades de associação e de expressão. A liberdade de associação é fundamental, pois é o pré-requisito para o florescimento da sociedade civil. Porém, fica tolhida se não for acompanhada da liberdade de expressão, que garante a possibilidade de as pessoas externarem as suas opiniões e de influenciarem outros membros da comunidade. Afinal de contas, muitas associações têm como propósito a defesa de um ponto de vista, e precisam da liberdade de expressão como modo de influenciar a comunidade na direção que entendem mais correta, o que é legítimo em qualquer sociedade democrática. Aqui, também se pode cogitar da necessidade de alguma limitação para que o exercício razoável das liberdades não se converta em abuso. É certo, todavia, que uma proteção robusta à associação e à expressão são garantias necessárias de qualquer comunidade livre.

A liberdade é o pré-requisito para uma sociedade próspera e vigorosa. A sociedade civil somente pode se fortalecer quando ao cidadão é garantido o direito de pensar, de agir e de se mobilizar livremente. É nesse momento que os laços de solidariedade podem aflorar, criando um tecido social rico, que permita às pessoas a realização pessoal na vida em comunidade e que seja capaz de resistir a eventuais desmandos do governo ou mesmo de parcelas da própria sociedade. Por isso, entendemos ser preciso fomentar uma cultura de responsabilidade entre os cidadãos, que canalize o exercício da liberdade para o bem comum. Assegurar formalmente a liberdade não basta: precisamos de cidadãos comprometidos com os interesses de toda a comunidade; cidadãos que ajam de forma honesta e solidária em prol de todos. Uma postura, enfim, de responsabilidade. A sociedade será tanto mais livre quanto melhor for o exercício responsável da liberdade pelos seus membros.

A LIBERDADE É O
PRÉ-REQUISITO PARA
UMA SOCIEDADE
PRÓSPERA E
VIGOROSA. [...] A
SOCIEDADE SERÁ
TANTO MAIS LIVRE
QUANTO MELHOR
FOR O EXERCÍCIO
RESPONSÁVEL DA
LIBERDADE PELOS
SEUS MEMBROS.

8

CONDIÇÕES PARA A LIBERDADE: O PAPEL DO ESTADO DE DIREITO

“Onde não há lei, não há liberdade” é uma das frases que marcaram o pensamento político de John Locke, um dos filósofos mais reconhecidos do início da modernidade. Locke, no século XVII, escrevia que a lei não deveria ser criada com o propósito de restringir, mas com o de preservar e maximizar a liberdade. Era para esse fim, afinal de contas, que se deveria fazer política e desenhar o Estado.

Por mais valioso que seja o cuidado pelos cidadãos, apenas a iniciativa individual não é suficiente para tutelar o bem comum de forma completa. Afinal de contas, é natural e justificável que as pessoas atentem primeiramente às suas próprias necessidades e apenas depois àquelas coletivas. Por esse motivo é necessário que haja uma associação cujo propósito fundamental consista na promoção das condições razoáveis para a liberdade e para o desenvolvimento individual de cada cidadão.

Entendemos que a maneira mais adequada de enxergar o Estado é como uma associação deste tipo: uma instituição criada pela comunidade política para se dedicar integralmente a cuidar das exigências do bem comum. Por conta da essencialidade da sua missão, a esta instituição se concede o poder da autoridade, de modo que as suas decisões adquirem uma carga de obrigatoriedade para os seus destinatários. É apenas em vista da sua finalidade essencial de promover o bem comum que as prerrogativas especiais do Estado se tornam legítimas. O poder de instituir normas obrigatórias e arrecadar tributos, por exemplo, se justifica quando se tem em mente a necessidade de promover as condições de liberdade e de convivência mútua da sociedade.

Todavia, seria ingênuo esperar do Estado uma atuação apenas altruísta e desinteressada, preocupada exclusivamente com o interesse geral e nada mais. Os últimos séculos da história registram uma triste sucessão de abusos e violações cometidos por agentes estatais: tanto mais dramática a violência de suas ações quanto mais poderoso o próprio Estado em comparação com a sociedade. Se alguma coisa se pôde aprender da história,

**POR ESSE MOTIVO
É NECESSÁRIO
QUE HAJA UMA
ASSOCIAÇÃO
CUJO PROPÓSITO
FUNDAMENTAL
CONSISTA NA
PROMOÇÃO DAS
CONDIÇÕES
RAZOÁVEIS PARA
A LIBERDADE
E PARA O
DESENVOLVIMENTO**

**INDIVIDUAL DE
CADA CIDADÃO. [...]**

**É APENAS EM VISTA
DA SUA FINALIDADE
ESSENCIAL DE
PROMOVER O BEM
COMUM QUE AS
PRERROGATIVAS
ESPECIAIS DO
ESTADO SE TORNAM
LEGÍTIMAS.**

é que o poder carrega consigo mesmo um potencial destrutivo que necessita ser refreado.

É por isso que a experiência histórica atingiu uma solução que, embora longe de ser perfeita, é essencial para a contenção desses abusos: a criação de um Estado de direito. Muito sinteticamente, pode-se compreender o Estado de direito como a melhor forma que a comunidade política encontrou para conciliar o poder político com o respeito à dignidade humana. É uma forma de assegurar que o Estado funcione a serviço dos seres humanos, e nunca o contrário; uma maneira de impedir que o uso da força seja instrumentalizado para fins injustificados.

O pensamento jurídico elaborou uma série de características do conceito de Estado de direito. Por exemplo, é necessário criar e manter um sistema jurídico íntegro e coerente, que consagre direitos fundamentais dos cidadãos e de suas associações. Este sistema precisa ser aplicável a todos os cidadãos, inclusive os governantes, independentemente de status ou de condições socioeconômicas. Para além disso, o próprio Estado precisa estar vinculado a esta normatividade jurídica, de modo que os atos dos governantes se submetam a regras públicas e previsíveis. Assim, a chance do cometimento de arbitrariedades é menor, e o seu controle se torna mais efetivo. Ainda, é importante haver uma separação de poderes que distinga as atividades de criar as normas, executá-las e julgá-las. Desta forma, procura-se evitar que o poder que governe seja julgado por si mesmo, num arranjo que impediria um julgamento imparcial.

Há várias outras garantias que poderíamos mencionar. Um leque amplo e fortemente protegido de liberdades civis, políticas e econômicas compõe algumas delas. Uma atuação transparente e proba dos governantes seria outra. Uma medida substancial de segurança jurídica acompanhada de uma tutela efetiva dos direitos dos cidadãos constitui, ainda, outros elementos importantes.

A maioria delas se encontra, com maior ou menor grau de clareza, consagrada nas principais democracias modernas, inclusive na brasileira. No entanto, persiste entre nós a impressão de que o Estado com frequência transita entre os polos indese-

**[...] PODE-SE
COMPREENDER
O ESTADO DE
DIREITO COMO A
MELHOR FORMA
QUE A COMUNIDADE
POLÍTICA
ENCONTROU PARA
CONCILIAR O
PODER POLÍTICO
COM O RESPEITO À
DIGNIDADE HUMANA.**

jáveis da ineficácia, por um lado, e da abusividade, por outro. Chegamos, assim, a um dilema enunciado pelo jurista alemão Ernst-Wolfgang Böckenförde há mais de meio século: o Estado livre depende de pressupostos que ele mesmo não consegue garantir. Em outras palavras, o Estado de direito somente pode se desenvolver de forma completa quando acompanhado de condições culturais, presentes no tecido social, capazes de assegurar a sua efetividade para além das garantias formais. O fomento de uma cultura que reconheça a importância das leis e a necessidade de seu respeito é um elemento fundamental para o sucesso de qualquer Estado de direito. Os membros da sociedade precisam aceitar as regras, ainda que eventualmente contrárias aos seus interesses imediatos, como padrões de conduta indispensáveis para a convivência de todos.

Outra condição cultural para o sucesso do Estado de direito, embora possa soar contraditório, é o resgate de uma postura de independência e de protagonismo da sociedade civil. É preciso que a sociedade assuma como suas muitas das responsabilidades essenciais da comunidade política. A desmobilização da sociedade costuma causar a rejeição da maior parte dos deveres para o Estado e, quanto mais agigantado, todavia, maiores as chances de se ver um Estado ineficiente, lento e/ou corrupto. A tendência, nesse cenário, é de a sociedade se acostumar a uma postura passiva, gerando um ciclo vicioso.

Entendemos, ao contrário disso, que uma sociedade civil forte é a melhor garantia de sucesso do Estado de direito. Primeiro, porque a sua força servirá para impedir um crescimento desordenado do Estado, que não terá em suas mãos a responsabilidade por todos os deveres comunitários. Segundo, porque a sociedade civil poderá servir inclusive como foco de resistência contra arbitrariedades do governo. A tentação pelos desmandos pode ser efetivamente coibida pela vigilância constante de grupos sociais autônomos e respeitados. E, por fim, porque a sociedade civil pode e deve colaborar com o Estado para promover finalidades públicas.

Para transformar a sociedade brasileira, é preciso de uma cultura democrática fortalecida: uma cultura que promova o florescimento de colaboração, honestidade e democracia. Este substrato cultural é essencial para o sucesso do Estado de direito, pois o foco na base fornece um complemento essencial para o trabalho das instituições, em nome da liberdade e do respeito à dignidade da pessoa humana.

9

**LIBERDADE E RESPEITO À
DIGNIDADE HUMANA:
A DEMOCRACIA**

A Ciência Política busca compreender o estado das democracias pelo mundo, analisando através de ondas de democratização, como os cidadãos veem a democracia e a legitimam. Pesquisas na área apontam que, no geral, a população de diversos países, inclusive do Brasil, acredita que a democracia é o melhor regime. Mas por que a democracia?

Em uma frase, porque a democracia representa a síntese de todos os valores que descrevemos neste livro. Trata-se do regime que melhor corresponde aos anseios da dignidade da pessoa humana e da abertura para a excelência, já que a dignidade humana e a liberdade são intrínsecos a uma democracia; igualmente, é o arranjo que dá maior vazão às potencialidades da sociedade civil.

A democracia pressupõe o reconhecimento da dignidade humana de todos os cidadãos. Conceder-lhes a responsabilidade última pelo poder político significa ver em cada pessoa um ser autônomo, capaz de compreender a realidade e definir, com liberdade, os rumos da vida comum. Significa tratar os cidadãos como verdadeiros sujeitos da vida pública, e não como objetos; como mais do que meros instrumentos úteis para a consecução de finalidades impostas por terceiros.

Exatamente por isso, trata-se do único regime que confere liberdade ao gênero humano enquanto sociedade. Embora seja possível a garantia de algumas liberdades individuais mesmo em regimes autoritários, apenas na democracia se reconhece a dignidade de um povo livre, de uma sociedade dotada de autonomia para definir seus princípios, suas metas e os meios para alcançá-las. O reconhecimento integral da dignidade humana passa por conferir liberdade ao ser humano não apenas enquanto indivíduo privado, mas como membro de uma comunidade por cujo bem ele também é responsável. Confere-se, enfim, uma forma pública de autonomia que se realiza por meio do regime democrático na medida em que os cidadãos assumem o poder de definir os rumos de sua sociedade.

Além da liberdade, a democracia pressupõe a igualdade de valor dos cidadãos. Ao garantir que os cargos de governo estarão disponíveis à totalidade dos cidadãos, afasta-se a tese de que algumas pessoas, por terem uma espécie de direito natural de exercer a autoridade sobre as outras, seriam os governantes necessários de uma sociedade, diante dos quais todos os outros seriam súditos. Os postos de governo em um regime democrático, legitimados pelo poder que emana do povo, estão disponíveis a todos os cidadãos. O que se exige é que eles se submetam a uma disputa equânime com os seus pares e conquistem a adesão da maioria da sociedade. Da mesma forma, a igualdade democrática também consiste em todos terem direito de votar e de serem votados, e a cada voto valer exatamente o mesmo, independentemente de quaisquer condições díspares entre os indivíduos na sociedade. A máxima democrática “cada pessoa, um voto” se trata de decorrência da igual dignidade de cada ser humano: como nenhuma pessoa vale mais do que outra, decorre daí que nenhum voto deve valer mais do que o outro.

Dessa forma, reconhece-se aos cidadãos a liberdade para decidir, com igualdade, os rumos da sua vida comum. Justamente por isso, ninguém tem o monopólio sobre a definição desses rumos. É dizer, a sociedade pode estabelecer, dentro dos limites dos direitos fundamentais de cada indivíduo, metas próprias que sejam contrárias às opiniões particulares de alguns de seus membros. Esse fato pode passar a impressão de que um democrata tem necessariamente uma postura de indiferença quanto aos rumos da sociedade, uma vez que está disposto a aceitar o resultado do jogo democrático. Mas, não há contradição entre defender a democracia e ter opiniões firmes sobre matérias de interesse público. Um democrata não precisa ser alguém sem convicções, em outras palavras. Pelo contrário, a própria democracia exige uma convicção filosófica sobre o valor dos seres humanos.

Não se pretende, contudo, construir uma imagem ingênua da realidade democrática. Sabe-se que ela jamais foi imune a abusos, e há registros de violações de direitos cometidas mesmo no contexto de democracias. É por isso que o princípio democrático por

MAS, NÃO HÁ
CONTRADIÇÃO
ENTRE DEFENDER A
DEMOCRACIA E TER
OPINIÕES FIRMES
SOBRE MATÉRIAS DE
INTERESSE PÚBLICO.
UM DEMOCRATA
NÃO PRECISA
SER ALGUÉM SEM
CONVICÇÕES, EM
OUTRAS PALAVRAS.

**PELO CONTRÁRIO,
A PRÓPRIA
DEMOCRACIA EXIGE
UMA CONVICÇÃO
FILOSÓFICA SOBRE
O VALOR DOS SERES
HUMANOS.**

si só não é suficiente. Ele precisa ser conjugado com uma defesa robusta da dignidade da pessoa humana por meio das instituições do Estado de direito. Há um espaço relevante para a existência de mecanismos contramajoritários em regimes democráticos, como se verifica em muitos países. A democracia não se torna, assim, um princípio ilimitado, mas um elemento essencial dentro de um arranjo institucional mais abrangente. Deve-se conceber, assim, uma democracia constitucional — que concilie a liberdade do povo com a proteção integral de cada pessoa.

Tudo o que dissemos até agora serve para justificar o valor da democracia. Mas qual a melhor forma de concretizar um regime concebido com essas premissas? A Ciência Política se debruça há décadas sobre as qualidades e os defeitos dos diversos desenhos institucionais das democracias mundo afora. Temas como o regramento do processo eleitoral, a forma de composição dos órgãos legislativos, a abertura a mecanismos de participação direta do eleitorado e o financiamento das campanhas, dentre muitos outros, são objeto de profícuo debate. Sobre esse ponto, entendemos que existe uma margem ampla de opções válidas, de modo que não há um único arranjo institucional possível. Caberá a estudiosos e à experiência concreta indicar quais alternativas são mais adequadas à concretização do espírito democrático.

Encarada apenas em sua dimensão institucional, no entanto, a democracia tem fragilidades. Ela depende de vários fatores, como o Estado de direito, o tratamento equânime dos cidadãos e o combate à corrupção. Depende também de uma sociedade civil comprometida com o sustento do regime; eis por que defender o seu valor e convencer os cidadãos de sua importância é uma necessidade constante de todos aqueles que acreditam na democracia.

Uma tentação fácil para solucionar essas fragilidades seria apostar todas as fichas em reformas institucionais. Não acreditamos, entretanto, que essa seja a melhor alternativa. O desenho das instituições tem eficácia limitada para resolver problemas, e isso por um motivo: as instituições dependem das pessoas, cuja conduta é essencial para o sucesso do regime democrático. Ten-

do em mente essa visão mais ampla, que compreende a sua importância para além da realidade institucional, como fomentar a democracia de maneira integral?

Há várias maneiras de fazê-la. Uma delas envolve entender e promover uma cultura política compatível com as demandas de um regime democrático. Como já dissemos, nossa compreensão é que a democracia depende de um caldo cultural propício, um conjunto de práticas e valores que incentive as pessoas a assumir responsabilidade conjunta pelo bem comum, com respeito à liberdade e à igual dignidade de cada membro da sociedade. Uma cultura, enfim, que permita à democracia fincar raízes na sociedade. Outra maneira de fomentar a democracia consiste em examinar a democracia a partir da perspectiva do princípio da subsidiariedade. Acreditamos que o valor da democracia não se estende apenas às esferas mais centralizadas do poder de um país. Pelo contrário, ele pode e deve ser fomentado nos níveis mais locais, naquelas instâncias mais próximas dos cidadãos. Promove-se assim uma maior vitalidade para a democracia, um contato mais próximo com a vivência concreta da comunidade.

É preciso, em síntese, defender a democracia tanto nas instituições quanto na cultura; tanto na mais alta quanto nas mais próximas instâncias de poder da sociedade. O sociólogo Larry Diamond faz um diagnóstico preocupante da saúde das democracias nos últimos trinta anos: verifica um número crescente de democracias falhas no mundo, bem como uma série de colapsos democráticos. O alerta não deve servir para desencorajar aqueles que creem no ideal democrático. É, antes, o contrário: devemos nos conscientizar da grandeza da missão que se coloca à nossa frente. Promover a democracia significa, ao fim e ao cabo, prestar a maior deferência à dignidade de cada ser humano. Significa reconhecer cada pessoa, sem exceção, como uma igual. É uma missão que vale a pena.

10

**MUITO ALÉM DO VOTO:
DESENVOLVENDO UMA
CULTURA DEMOCRÁTICA**

Escclarecemos as premissas de um de regime político ideal: um Estado democrático de direito garantidor da liberdade de seus cidadãos. Mas qual é a melhor forma de conciliar este arranjo social com uma sociedade civil vibrante, composta de indivíduos virtuosos e conscientes das exigências do bem comum? A resposta, ao nosso ver, se dá através do fomento de uma cultura política democrática.

Podemos entender a democracia como algo que transcende uma estrutura do governo, ou um mecanismo de eleição de representantes. Na nossa visão, a democracia constitui também uma filosofia da vida humana: a maneira adequada de ordenar a relação entre indivíduos, comunidade e Estado. Para agir pautados pelo bem comum e para desfrutar da liberdade com excelência, os cidadãos devem ter modos de pensar, sentir e agir condizentes com os valores da democracia.

Acreditamos que este é um problema delicado da sociedade brasileira. Mais importante do que alterar regras eleitorais ou criar novas agências do governo, a medida mais importante para a melhoria substancial da nossa democracia é o desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente democrática. Quando convivem no mesmo espaço uma cultura autoritária e um regime democrático, ou o regime gradativamente se corrompe, ou a cultura progressivamente se democratiza. É pelo segundo cenário que trabalhamos.

Para transformar a democracia no Brasil, é necessário fundamentar-se em duas premissas. Em primeiro lugar, entendemos que existe uma relação de dependência mútua entre a cultura e o regime político de uma determinada comunidade. A Ciência Política e a experiência empírica confirmam que a alteração estrutural das regras do jogo político é importante, mas insuficiente para a manutenção da saúde da democracia de um país. Após quarenta anos da redemocratização brasileira, percebemos que o regime democrático não é algo estático e que sua instituição não nos diz tudo a respeito da prática de atitudes de-

**[...] A DEMOCRACIA
CONSTITUI TAMBÉM
UMA FILOSOFIA DA
VIDA HUMANA: A
MANEIRA ADEQUADA
DE ORDENAR A
RELAÇÃO ENTRE
INDIVÍDUOS,
COMUNIDADE E
ESTADO. PARA AGIR
PAUTADOS PELO
BEM COMUM E
PARA DESFRUTAR**

**DA LIBERDADE COM
EXCELÊNCIA, OS
CIDADÃOS DEVEM
TER MODOS DE
PENSAR, SENTIR E
AGIR CONDIZENTES
COM OS VALORES DA
DEMOCRACIA.**

**[...] ENTENDEMOS
QUE EXISTE UMA
RELAÇÃO DE
DEPENDÊNCIA
MÚTUA ENTRE
A CULTURA E O
REGIME POLÍTICO DE
UMA DETERMINADA
COMUNIDADE.**

mocráticas. A democracia parte de um processo de construção das relações entre o arcabouço legal do Estado de Direito e de suas práticas individuais no cotidiano. Para que uma democracia seja sustentável no longo prazo, também a sociedade precisa ter uma cultura democrática.

Em segundo lugar, cremos ser possível a transformação deliberada da cultura política de uma comunidade. Se a ação social é feita com o apoio de pesquisas teóricas de alto nível, e junto a esforços de atores relevantes, é possível modificar as formas de sentir, pensar e agir com relação à política e à democracia.

Começamos no local; como cultura se faz no dia a dia, acreditamos no importantíssimo valor do nível local, das comunidades mais próximas do indivíduo. Pensamos até nas mudanças a serem feitas dentro de casa e com nossos vizinhos, pois são elas que irão, em conjunto, reverberar em mudanças maiores em um conjunto de bairros, município e país como um todo.

Buscando a melhor forma de conciliar este arranjo social com uma sociedade civil vibrante, composta de indivíduos virtuosos e conscientes das exigências do bem comum, a cultura democrática que desejamos contém alguns valores fundamentais. Com relação ao indivíduo, cremos no valor incomensurável da sua dignidade humana, o fundamento último de toda a sociedade. Como valor intrínseco, a dignidade proíbe a instrumentalização de qualquer indivíduo para o interesse da comunidade. Ela também assegura que a finalidade da própria sociedade é a pessoa humana, e jamais o contrário. Da dignidade humana decorre ainda o valor imenso da liberdade, uma área de não-interferência necessária para que cada indivíduo possa afirmar quem é e criar as regras que regerão a sua própria vida. A liberdade é a condição para o exercício da virtude, por meio da qual o ser humano se eleva e pode se tornar excelente, atingindo a plenitude da sua existência.

Quanto à sociedade, entendemos que a inclinação natural do ser humano se direciona à vida em comunidade. É através do relacionamento com o próximo que a pessoa encontra uma parte fundamental do sentido de sua existência. Assim, o fomento

COM RELAÇÃO
AO INDIVÍDUO,
CREMOS NO VALOR
INCOMENSURÁVEL
DA SUA DIGNIDADE
HUMANA. [...] QUANTO
À SOCIEDADE,
ENTENDEMOS QUE
A INCLINAÇÃO
NATURAL DO
SER HUMANO SE
DIRECIONA À VIDA EM
COMUNIDADE.

a relações de solidariedade, valor necessário para a fundação e manutenção das comunidades humanas, é essencial para uma vida social pujante. Por outro lado, a solidariedade apenas gerará frutos se as pessoas tiverem a disposição de confiar nos seus pares. Uma sociedade regida pela desconfiança disseminada tem uma grande dificuldade de florescer e agregar valor à vida de seus membros. As instituições oficiais, por sua vez, dependem da confiança das pessoas para que as políticas públicas tenham efetividade e contem com adesão generalizada. Assim, a confiança é um aspecto fundamental da cultura democrática. Em uma sociedade com forte confiança e solidariedade, os grupos sociais poderão se formar e adquirir maior importância. Na medida em que expressam a liberdade dos indivíduos que delas fazem parte, e sendo relevantes para o cuidado da própria sociedade, é necessário assegurar às associações humanas autonomia e auxílio. Essa é a proposta do princípio da subsidiariedade, que concebe a ação governamental como suporte às comunidades, e não como prioritária.

Quanto à vida política, compreendemos que a sociedade humana se orienta para um ideal de bem comum: um conjunto de fatores indispensáveis para o florescimento de cada indivíduo. Este conjunto exige condições materiais mínimas para o sustento da vida, mas também garantias institucionais. Alguns elementos componentes são a garantia de direitos fundamentais e a existência do respeito mútuo entre as pessoas. O modo especial pelo qual os indivíduos se relacionam com a política deve ser um de cidadania democrática. Por este termo entendemos um status não apenas de direitos abstratos, mas de deveres essenciais que cada cidadão tem para com a sua sociedade política. O dever de se informar, de respeitar os outros cidadãos e as instituições, de consentir com o resultado do processo democrático, todos são atributos essenciais para uma cidadania democrática.

A partir disso, é fundamental compreender que, para que a cultura democrática se fortaleça nessas três dimensões — o valor do ser humano, a vida em sociedade e a vida política —, é indispensável reconhecer o papel da educação. A Ciência Políti-

ca demonstra, de forma empírica, o papel essencial da educação no aumento da participação política e no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, entre outros aspectos. No entanto, a educação de que tratamos aqui vai além da instrução básica: trata-se de uma formação voltada a uma compreensão mais ampla da democracia, orientada por valores e virtudes que sustentam a vida em comunidade. É justamente esse o propósito da segunda parte deste livro, que busca explorar de que forma a educação pode contribuir para o florescimento humano e para o fortalecimento da cultura democrática.

PARTE 2

1

**DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS E
A URGÊNCIA DE UMA
EDUCAÇÃO
VERDADEIRAMENTE
INTEGRAL**

Vivemos uma época marcada por desafios complexos, que muitas vezes se apresentam como paradoxais. Por exemplo, a superabundância de informações proporcionada pela tecnologia não se traduziu automaticamente em sabedoria e discernimento. Ao contrário, a avalanche de dados tem gerado principalmente dispersão e superficialidade.

Estamos hiperconectados por meio de redes digitais, mas muitos experimentam solidão e dificuldade de estabelecer vínculos profundos.

Incentiva-se constantemente a criatividade e a busca por propósito, mas cresce o número de pessoas afetadas pelo esgotamento, ansiedade e sensação de vazio existencial. Nunca tivemos tantos canais de comunicação, mas, ao mesmo tempo, enfrentamos obstáculos crescentes para dialogar de forma franca, respeitosa e construtiva.

Falamos muito sobre pluralismo e diversidade de pensamento; entretanto, a construção de ambientes genuinamente livres, abertos ao dissenso e com verdadeiro apreço pela liberdade de expressão permanece um desafio real.

Diante desses fenômenos, é necessário assumirmos uma atitude propositiva. Afinal, se tudo permanecer como está, será ingênuo e irresponsável sermos otimistas e esperarmos um futuro brilhante. Por outro lado, abraçar uma visão derrotista e catastrófica é igualmente nocivo, pois nos levará à mera sensação de impotência, que apenas paralisa.

Portanto, precisamos encontrar um caminho de esperança ativa, que reconheça as dificuldades do presente sem perder de vista a possibilidade de transformação.

Nesse sentido, se desejamos nos comprometer de verdade com o futuro do nosso país, é necessário desbravarmos trilhas promissoras. E uma das mais importantes, sem dúvida, passa pela educação das novas gerações.

Por isso, na segunda parte deste livro, delinearemos norteamentos com o objetivo de orientar iniciativas educacionais a responderem com assertividade às exigentes demandas do nos-

**PRECISAMOS
ENCONTRAR UM
CAMINHO DE
ESPERANÇA ATIVA,
QUE RECONHEÇA
AS DIFICULDADES
DO PRESENTE SEM
PERDER DE VISTA A
POSSIBILIDADE DE
TRANSFORMAÇÃO.**

so tempo, visando uma genuína formação para a vida, a partir de uma perspectiva verdadeiramente integral.

Como observamos em nossa experiência cotidiana, a velocidade das transformações tecnológicas, culturais e sociais remodela não apenas o modo como pensamos, mas também como sentimos e nos relacionamos com os outros. Com isso, assistimos ao acirramento de processos em que os ambientes educativos se tornam muitas vezes reféns de uma lógica estritamente técnica e que valoriza apenas resultados imediatistas, em detrimento do cultivo da interioridade, do amadurecimento humano, da ética e da convivência cidadã.

E, como consequência dessas tendências sociais, emergem sintomas – como distúrbios emocionais, desorientação existencial, fragilidade dos vínculos interpessoais, entre outros – que sinalizam que perdemos parte relevante de nossa bússola formativa. Nesse contexto, o aumento de casos de ansiedade, depressão e outras formas de sofrimento psíquico entre estudantes e educadores é um alerta para a necessidade de repensarmos prioridades e práticas no campo educacional.

Considerando esse panorama, no fundo, podemos concluir que a crise que enfrentamos atualmente não é apenas pedagógica. É uma crise de humanidade, que faz com que a educação seja convocada a um verdadeiro desafio civilizacional: formar seres humanos capazes de crescer com integridade, equilíbrio, responsabilidade, sentido e que saibam conviver em um mundo cada vez mais fragmentado, acelerado, desnordeado e individualista.

Portanto, é urgente propormos uma perspectiva de educação que busque formar não apenas a mente, mas também a vontade e o coração dos nossos estudantes. Em outras palavras, em consonância com o art. 2º da nossa Constituição Federal, precisamos de uma educação que promova de fato o “pleno desenvolvimento do educando”.

**[...] PODEMOS
CONCLUIR QUE
A CRISE QUE
ENFRENTAMOS
ATUALMENTE NÃO É
APENAS PEDAGÓGICA.
É UMA CRISE DE
HUMANIDADE, QUE
FAZ COM QUE A
EDUCAÇÃO SEJA
CONVOCADA A UM
VERDADEIRO DESAFIO
CIVILIZACIONAL [...]**

Por isso, insistimos que é cada vez mais fundamental reconhecer que a educação não pode se limitar à transmissão de conteúdos ou ao desenvolvimento de habilidades técnicas. O mundo atual exige que tenhamos como objetivo audacioso uma verdadeira formação para a sabedoria, como atesta de modo explícito uma recente obra assinada por alguns dos educadores mais influentes da contemporaneidade:

“A sabedoria é um pilar fundamental para a Educação, equipando os indivíduos com um conjunto de habilidades holísticas para navegar e contribuir de maneira significativa em um mundo em permanente mudança. Portanto, *a sabedoria deve ser o principal objetivo da Educação neste século.*”¹

A sabedoria, portanto, é o que permitirá às futuras gerações navegar em meio à incerteza, tomar decisões justas e contribuir com assertividade para a sociedade. Ela integra conhecimento, habilidades, caráter e a disposição para aprender continuamente, tornando-se um norte seguro para uma educação verdadeiramente integral.

A partir de referências clássicas e em diálogo com pensadores contemporâneos que analisam os dilemas do nosso tempo, os próximos capítulos pretendem oferecer caminhos para a renovação da educação, alimentando o sonho de que os brasileiros do futuro sejam cidadãos mais virtuosos, livres, responsáveis e comprometidos com o bem comum.

[1] FADEL, Charles et al. *Educação para a era da inteligência artificial*. 1. ed. São Paulo: Fundação Santillana, 2024, p. 105. (Grifo nosso).

**[...] POR ISSO,
INSISTIMOS QUE
É CADA VEZ MAIS
FUNDAMENTAL
RECONHECER QUE
A EDUCAÇÃO NÃO
PODE SE LIMITAR À
TRANSMISSÃO DE
CONTEÚDOS OU AO
DESENVOLVIMENTO
DE HABILIDADES
TÉCNICAS. O MUNDO
ATUAL EXIGE**

QUE TENHAMOS
COMO OBJETIVO
AUDACIOSO UMA
VERDADEIRA
FORMAÇÃO PARA A
SABEDORIA [...]

2

**DIGNIDADE HUMANA:
PRINCÍPIO FUNDAMENTAL
DA EDUCAÇÃO**

A dignidade da pessoa humana é o ponto de partida e o horizonte último de qualquer projeto educativo autêntico, pois, considerando-o como princípio, o estudante deixa de ser mero receptor de conteúdos instrucionais e passa a ser reconhecido como portador de um valor intrínseco, inalienável e — enquanto um ser convocado à liberdade — como o próprio protagonista de sua trajetória.

Em primeiro lugar, assumir de verdade esse princípio na educação significa afastar-se de tendências a padronizações² totalizantes, pois enxergaremos cada estudante como um ser único, com história, repertório e visão singulares.

Por isso, não basta garantir o acesso à educação: é preciso criar oportunidades reais de florescimento pessoal, em ambientes que acolham e valorizem as diferenças, como fonte de riqueza e aprendizado. Assim, a tarefa educativa se transforma em um espaço de afirmação da liberdade e da originalidade humanas, promovendo o desenvolvimento integral em todas as dimensões: intelectual, atitudinal, afetiva, relacional e assim por diante.

Concretamente, uma educação fundamentada na dignidade da pessoa humana começa pela construção de currículos capazes de respeitar a diversidade de interesses, ritmos e trajetórias. Com isso, o aprendizado não se limitará a um caminho unívoco, mas se abrirá à pluralidade de experiências e formas de expressão. Essa saudável flexibilidade se aprofundará em ambientes de escuta genuína e diálogo transparente, garantindo que todos possam ser ouvidos e que os conflitos sejam mediados com base no respeito mútuo e na valorização de cada um.

[2] Importante ressaltar que não pretendemos aqui desconsiderar a relevância de padrões mínimos de aprendizagem, cuja elevação é urgente e indispensável, especialmente, diante dos baixos índices atuais no Brasil. Pelo contrário, reconhecemos que garantir esse patamar básico é condição necessária para qualquer avanço. No entanto, a proposta do presente texto é descortinar horizontes ambiciosos para a educação do futuro: ou seja, que vá além de assegurar aprendizagens básicas, promovendo o desenvolvimento integral de cada pessoa.

**[...] É PRECISO CRIAR
OPORTUNIDADES
REAIS DE
FLORESCIMENTO
PESSOAL, EM
AMBIENTES QUE
ACOLHAM E
VALORIZEM AS
DIFERENÇAS, COMO
FONTE DE RIQUEZA E
APRENDIZADO. ASSIM,
A TAREFA EDUCATIVA
SE TRANSFORMA**

EM UM ESPAÇO DE
AFIRMAÇÃO DA
LIBERDADE E DA
ORIGINALIDADE
HUMANAS,
PROMOVENDO O
DESENVOLVIMENTO
INTEGRAL EM TODAS
AS DIMENSÕES:
INTELECTUAL,
ATITUDINAL, AFETIVA,
RELACIONAL E ASSIM
POR DIANTE.

Nesse sentido, torna-se cada vez mais essencial promover situações de convívio que contribuam para a formação de comunidades educativas que valorizem múltiplas formas de inteligência, diferentes modos de opinar, diversidade de talentos e de maneiras de aprender, rompendo com modelos que visam a uniformidade e, assim, desenvolvendo uma educação verdadeiramente plural. Projetos de convivência, assembleias escolares e atividades colaborativas são bons exemplos dessas práticas.

Considerando essas possíveis iniciativas, a formação dos educadores também se apresenta como um pilar essencial para que o princípio da dignidade humana seja concretizado. Afinal, apenas profissionais profundamente humanos serão aptos a promover liberdade, acolhimento e consideração genuína em suas atividades diárias. Essa boa formação dos educadores se refletirá, por exemplo, nas avaliações, que tenderão a ser cada vez mais formativas, considerando o progresso e o contexto de cada um. Assim, é provável que portfólios, autoavaliações e projetos ganharão espaço em relação à lógica das provas padronizadas, tornando o processo de aprendizagem mais personalizado e significativo.

Mas, para que todos usufruam das oportunidades de modo mais equitativo, ainda são indispensáveis outras ações. Por exemplo, garantir acessibilidade física, comunicacional e pedagógica, além de oferecer apoio psicossocial e acompanhamento individualizado, assegurará que nenhum estudante seja excluído ou deixado para trás.

Outro aspecto crucial é o incentivo ao protagonismo do estudante, pois, ao permitirmos que eles participem das deliberações cotidianas, organizem eventos, clube, etc., valorizamos cada um como sujeito de direitos, capazes de exercerem a sua liberdade com responsabilidade. Esse protagonismo, quando efetivamente promovido, representa também um importante reconhecimento prático da dignidade de cada um, pois confere voz, vez e poder de decisão àqueles que tradicionalmente ocuparam um lugar estritamente passivo no processo educativo.

Ao integrar tais práticas a um compromisso cotidiano — feito de escolhas, ações e iniciativas concretas —, a educação se transforma em caminho de verdadeira mudança, criando ocasiões de construção de sentido, valorização da vida e promoção do potencial humano em sua integralidade.

3

O AUTOCONHECIMENTO COMO PRIMEIRO PASSO

Reconhecer a dignidade humana como fundamento da educação nos conduz a uma questão essencial: afinal, quem é o ser humano, esse ser portador de dignidade inalienável?

Essa pergunta, aparentemente simples, revela uma complexidade que atravessa toda a nossa experiência existencial. E, como comentamos anteriormente, vivemos tempos marcados por crises importantes nesse campo, o que revela que não temos conseguido atender nossos anseios e desejos mais profundos.

Assim sendo, uma educação integral não pode prescindir de uma jornada formativa que favoreça um autêntico processo de autoconhecimento, que seja um caminho real para a liberdade interior e para a descoberta de sentido para a própria vida.

Deste modo, perguntas como “Quem sou eu? Como funciono? Quais meus pensamentos? Como decido? O que sinto? Em que acredito? Qual é o meu propósito?” não serão meras elucubrações vagas e abstratas, mas convites para reflexões vitais e comprometidas, que orientarão decisivamente nossas escolhas e ações.

E, para que esse percurso de autoconhecimento seja proveitoso, é importante compreendermos que somos seres complexos — corporais e espirituais; racionais e emocionais; individuais e sociais —, constituídos por dimensões interdependentes, o que exige abordagens pedagógicas sofisticadas e, ao mesmo tempo, claras.

A fim de não tornarmos a presente exposição demasiado exaustiva, concentremo-nos aqui no autoconhecimento relativo a algumas das principais faculdades humanas: inteligência, vontade e afetividade.

Em primeiro lugar, a inteligência, que é aquela que nos permite compreender a realidade, interpretar informações e formular juízos. Ela não se restringe à acumulação de dados, mas envolve a capacidade de discernir, relacionar ideias e buscar a verdade, sendo essencial para que cada pessoa compreenda quem é, enxergue suas potencialidades e limitações e saiba se posicionar diante do mundo. Para que possamos nos

SOMOS SERES
COMPLEXOS —
CORPORAIS E
ESPIRITUAIS;
RACIONAIS E
EMOCIONAIS;
INDIVIDUAIS
E SOCIAIS —,
CONSTITUÍDOS
POR DIMENSÕES
INTERDEPENDENTES
[...]

autoconhecer enquanto seres portadores de inteligência, é possível adotar práticas que estimulem a reflexão e a análise profundas, bem como atividades que promovam a metacognição — isto é, “pensar sobre o próprio pensamento”. Diários reflexivos, exercícios de lógica e momentos de autoavaliação são exemplos eficazes, pois ajudam o estudante a perceber seus processos mentais e a desenvolver uma consciência mais clara de si mesmo.

Em segundo lugar, a vontade, faculdade que nos capacita a escolher e agir com liberdade e assumir os nossos atos com responsabilidade. É por ela que executamos nossas decisões conscientes, permitindo que não sejamos meros reféns de impulsos ou pressões externas. Por isso, uma vontade bem formada é indispensável para que possamos transformar intenções em ações concretas, perseverando diante das dificuldades e assumindo as consequências de nossas escolhas. Na prática, no âmbito da educação, promover o autoconhecimento sobre a própria vontade significa criar oportunidades para que os estudantes se engajem em iniciativas de longo prazo, que exijam planejamento, constância e comprometimento, como a organização de feiras culturais, trabalhos de pesquisa e ações sociais. Também é possível promover atividades que envolvam metas pessoais e acompanhamento periódico, incentivando que cada um estabeleça objetivos e monitore seu progresso, aprendendo a superar obstáculos. Além disso, o cultivo de hábitos de autorregulação, como exercícios de respiração para manter o foco, técnicas de gestão do tempo e momentos de reflexão sobre escolhas realizadas, ajudam a fortalecer a capacidade de decidir com consciência e resistir a impulsos imediatistas.

Em terceiro lugar, a afetividade, que diz respeito à nossa capacidade de sentir, expressar emoções e estabelecer vínculos saudáveis. Em íntima relação com a inteligência e a vontade, a afetividade é parte constitutiva do nosso ser e influencia decisivamente a nossa vida. Por isso, compreender nossos sentimentos e aprender a lidar com eles de forma equilibrada é essencial

para a construção da identidade pessoal e para uma convivência harmoniosa com os outros. Na educação, favorecer o autoconhecimento sobre a afetividade implica criar espaços de escuta e acolhimento, como mentorias, práticas de mediação de conflitos e atividades artísticas que promovam a contemplação e permitam a expressão emocional dos estudantes. Assim, a educação se torna uma oportunidade onde se aprende não apenas a pensar e a agir, mas também a sentir e conviver.

Quando negligenciamos o autoconhecimento da inteligência, sem compreender melhor como pensamos, quais são nossas potencialidades cognitivas e limitações, tende-se a promover uma aprendizagem pobre, que correrá o risco de estar excessivamente pautada num voluntarismo cego ou num sentimentalismo superficial.

De modo análogo, a falta de autoconhecimento sobre a própria vontade compromete a formação do caráter e da autonomia pessoal. Pois, quem não enxerga claramente a sua própria capacidade de decisão e ação, tenderá a se comportar de modo simplesmente reativo, sem direção clara, tornando-se vulnerável aos acontecimentos e pressões externas. Um outro risco é cair no chamado “conteudismo” — apelo exclusivo à inteligência — e não formar pessoas capazes de escolher com liberdade e assumir com responsabilidade o protagonismo da própria vida.

Por fim, ignorar a dimensão afetiva do autoconhecimento gera ambientes frios, onde emoções são reprimidas ou mal compreendidas. Sem aprender a identificar e regular sentimentos, o estudante terá dificuldades para construir vínculos saudáveis e lidar com conflitos, prejudicando tanto sua vida pessoal quanto sua experiência com os outros.

Em suma, lacunas de autoconhecimento tendem a fragmentar a pessoa humana: ou seja, não se trata de um complemento “opcional” na educação, mas um pilar indispensável para qualquer projeto formativo que se pretenda integral. Afinal, quando aprendemos a nos compreender como seres dotados de inteligência, reconhecemos nossos modos de pensar e, assim, podemos aprimorar nossa capacidade de discer-

EM SUMA,
LACUNAS DE
AUTOCONHECIMENTO
TENDEM A
FRAGMENTAR A
PESSOA HUMANA:
OU SEJA, NÃO
SE TRATA DE UM
COMPLEMENTO
“OPCIONAL”
NA EDUCAÇÃO,
MAS UM PILAR
INDISPENSÁVEL

**PARA QUALQUER
PROJETO FORMATIVO
QUE SE PRETENDA
INTEGRAL.**

nimento. Ao conhecer melhor a nossa vontade, crescemos em capacidade de escolher com liberdade e perseverar diante dos desafios. E, por fim, ao enxergarmos com maior clareza a nossa afetividade, podemos aprender a lidar melhor com nossas emoções e, assim a construir relações mais saudáveis.

Enfim, a educação só pode florescer em um terreno preparado pela consciência profunda de quem somos.

4

**A ÉTICA DAS VIRTUDES
E A BUSCA PELA
EXCELÊNCIA HUMANA
NA EDUCAÇÃO**

Em tempos marcados por incertezas, dispersão e crises de sentido, educar para as virtudes é oferecer um caminho de amadurecimento humano que integra inteligência, vontade e afetividade, promovendo não apenas o bem-estar, mas o bem-viver. Mais do que se sentir bem, trata-se de ser bom. Em vez de mera qualidade de vida, busca-se a qualidade da vida como um todo.

Nesse horizonte, a educação definitivamente não se confunde com um processo instrucional, de adaptação ou de ajustamento, mas é concebida como um percurso de florescimento da excelência pessoal, no qual cada um é convidado a se conhecer profundamente, sonhar, projetar, crescer e construir, com magnanimidade, a própria existência. Por isso, a perspectiva das virtudes favorece que o estudante se compreenda como sujeito livre para amar, orientado à felicidade e à realização plena de sua humanidade.

Essas virtudes não são dons inatos, mas hábitos adquiridos e cultivados ao longo do tempo, por meio de escolhas conscientes e práticas reiteradas, tornando-se características consistentes para uma vida plena e orientada ao bem. Em outras palavras, são disposições estáveis para o bem agir, que podem e devem ser ensinadas, praticadas e vivenciadas em situações concretas da vida escolar, familiar e comunitária. Ao contrário de moralismos ou normatizações exteriores, a ética das virtudes visa formar pessoas capazes de escolher o bem e de vivê-lo voluntariamente e intencionalmente. Assim, ser virtuoso é reconhecer o que é verdadeiramente bom, escolher esse bem e vivê-lo na prática, porque realmente o queremos.

Desde a tradição clássica, as virtudes cardeais — prudência, justiça, fortaleza e temperança — são consideradas os pilares da vida ética e da excelência humana. A prudência é a capacidade de discernir, julgar e escolher o melhor caminho diante das situações concretas da vida; a justiça consiste em dar a cada um o que lhe é devido, promovendo o respeito, a equidade e a convivência harmoniosa; a fortaleza é a força que nos permite

enfrentar dificuldades, superar o medo e perseverar diante dos desafios; e a temperança é o equilíbrio que modera os desejos, emoções e impulsos, evitando excessos e promovendo a harmonia pessoal.

Por sua vez, as virtudes aperfeiçoam as principais faculdades do ser humano, apresentadas no capítulo anterior. A prudência ilumina a inteligência, ajudando a pensar com clareza, avaliar as circunstâncias e tomar decisões sábias. A justiça orienta a vontade, inclinando-a a buscar o bem do outro, a respeitar direitos e assumir deveres com responsabilidade. A fortaleza fortalece a afetividade, permitindo lidar com emoções intensas, superar o medo, a tristeza, o desânimo e a perseverar diante das adversidades. Por fim, a temperança também atua na afetividade, promovendo o autodomínio e o equilíbrio necessários para que nos realizemos com liberdade.

Assim, as virtudes integram e harmonizam as nossas potências, contribuindo para o florescimento integral da pessoa.

É importante salientar que, no cenário educacional contemporâneo, cresce a valorização das chamadas competências socioemocionais, como curiosidade, empatia e resiliência. No entanto, é preciso distinguir entre competências socioemocionais e virtudes: enquanto as primeiras envolvem saberes, habilidades e atitudes que capacitam a pessoa a lidar com suas emoções e com as dos outros, as virtudes forjam o aspecto ético do sujeito, orientando sua vida em direção à busca do bem. Por exemplo, uma pessoa pode ser resiliente e determinada, mas colocar essas capacidades a serviço de objetivos egocêntricos; já as virtudes implicam um julgamento ético e uma finalidade moral clara, integrando o desenvolvimento pessoal à responsabilidade social. Portanto, a educação para as virtudes vai além da regulação emocional ou do treinamento de habilidades sociais.

A progressão educativa das virtudes exige uma intencionalidade pedagógica que respeite as etapas do amadurecimento humano e as potencialidades de cada estudante. A tradição filosófica, lastreada especialmente em Aristóteles e Tomás de Aquino, ensina que há duas ordens a considerar: a ordem es-

**[...] É PRECISO
DISTINGUIR ENTRE
COMPETÊNCIAS
SOCIOEMOCIONAIS
E VIRTUDES:
ENQUANTO AS
PRIMEIRAS
ENVOLVEM SABERES,
HABILIDADES E
ATITUDES QUE
CAPACITAM A
PESSOA A LIDAR
COM SUAS**

**EMOÇÕES E COM
AS DOS OUTROS,
AS VIRTUDES
FORJAM O ASPECTO
ÉTICO DO SUJEITO,
ORIENTANDO SUA
VIDA EM DIREÇÃO À
BUSCA DO BEM.**

trutural, na qual a razão tem primazia e a prudência é a virtude que guia as demais; e a ordem pedagógica, que começa pela base, reconhecendo que, na prática educativa, sobretudo com crianças e adolescentes, a razão ainda está em formação. Por isso, a prudência não pode ser exigida como ponto de partida, mas precisa ser construída ao longo do tempo, com o papel da razão sendo desempenhado pelos educadores (pais, professores, adultos em geral), que indicam o bem, estabelecem limites e ajudam a formar hábitos.

Assim, uma progressão pedagógica coerente para o cultivo das virtudes é iniciarmos com a temperança, que ajuda a moderar aqueles desejos mais imediatos. Depois, desenvolvermos a fortaleza, que ensina a enfrentar o esforço e as frustrações. Em terceiro lugar, a justiça, que orienta para o reconhecimento dos direitos e deveres nas relações com os outros. E, como conclusão desse processo virtuoso, a prudência, que se forma gradualmente à medida que a razão amadurece e o estudante aprende a discernir com maior autonomia.

Para que a ética das virtudes se traduza em realidade no cotidiano escolar, é fundamental criar ambientes e experiências que favoreçam o exercício prático dessas disposições. Projetos colaborativos, assembleias de classe, ações sociais, atividades artísticas e esportivas são oportunidades privilegiadas para vivenciar a justiça, a generosidade, a coragem, a empatia e o respeito. Nesse contexto, o educador atua como modelo e mediador, inspirando pelo exemplo e promovendo espaços de diálogo, escuta e reflexão ética. Além disso, situações do dia a dia — como a resolução de conflitos, a tomada de decisões em grupo ou o enfrentamento de desafios — tornam-se ocasiões valiosas para cultivar o discernimento, o autodomínio e o compromisso com o bem comum. Ao integrar exemplos reais, problematizações morais, atividades de deliberação e ações cidadãs ao currículo, a educação se torna um espaço vivo de formação ética, onde as virtudes deixam de ser conceitos abstratos e passam a orientar escolhas, relações e projetos de vida.

Educar para as virtudes é, portanto, educar para a liberdade de buscarmos a excelência humana, formando pessoas capazes de autodominar-se, querer o bem, servir ao outro e, finalmente, pensar e viver com sabedoria. Trata-se de uma verdadeira obra-prima de humanidade, que transcende os conteúdos e contribui diretamente para o amadurecimento intelectual, atitudinal, afetivo e ético das próximas gerações.

5

FRUTOS DA EDUCAÇÃO PARA AS VIRTUDES

Uma educação integral efetivamente orientada para as virtudes tende a gerar frutos que se irradiam por toda a sociedade, promovendo o florescimento humano em sua plenitude. Portanto, quando as famílias, escolas, comunidades e demais instâncias sociais assumem o compromisso de cultivar as virtudes, o resultado é a formação de pessoas mais livres, responsáveis e comprometidas com o bem comum. Assim, o impacto dessa perspectiva se manifestará em múltiplas dimensões: nas relações interpessoais, nos diversos ambientes de trabalho, na vida comunitária e na própria democracia como um todo.

Um primeiro fruto concreto observável será o amadurecimento das pessoas em liberdade e responsabilidade. Afinal, ao desenvolver virtudes, cada um aprende a se autodominar, a discernir com sabedoria, a agir com justiça e a perseverar diante das dificuldades, o que significa que a liberdade deixa de ser apenas ausência de coerção e passa a ser vivida como autonomia responsável, orientada pela razão.

Outro fruto positivo será o fortalecimento dos vínculos sociais e da solidariedade, pois, a virtude não se realiza no isolamento, mas se desdobra em relações de confiança, respeito e cooperação. Ou seja, pessoas virtuosas se relacionam melhor com o próximo: constroem famílias mais saudáveis, cultivam amizades sinceras, participam de grupos e associações, valorizam o diálogo democrático e sabem conviver com opiniões divergentes.

No campo dos diversos ambientes de trabalho, os frutos da educação para as virtudes se traduzirão em maior produtividade, confiança e inovação. Pessoas virtuosas são mais comprometidas, honestas, responsáveis, colaborativas, sabem trabalhar em equipe, respeitam regras, assumem compromissos e buscam soluções criativas para os desafios que aparecem, exercitando genuinamente o protagonismo e o empreendedorismo. Assim, permeado por valores como justiça, generosidade, lealdade e respeito mútuo, o mundo do trabalho tende a se tornar mais saudável e eficiente.

PESSOAS VIRTUOSAS
SÃO MAIS
COMPROMETIDAS,
HONESTAS,
RESPONSÁVEIS,
COLABORATIVAS,
SABEM TRABALHAR
EM EQUIPE,
RESPEITAM
REGRAS, ASSUMEM
COMPROMISSOS E
BUSCAM SOLUÇÕES
CRIATIVAS PARA

**OS DESAFIOS
QUE APARECEM,
EXERCITANDO
GENUINAMENTE O
PROTAGONISMO E O
EMPREENDEDORISMO.**

A educação para as virtudes também responde a desafios contemporâneos como a crise da atenção, os dilemas advindos da inteligência artificial e as questões recentes ligadas ao tema da cidadania digital. Ao cultivar o autodomínio, a temperança e a prudência, os estudantes aprenderão a lidar melhor com a dispersão, a selecionar informações com critério, a usar a tecnologia de modo responsável e a participar de forma construtiva dos espaços digitais.

No plano social e político, a educação para as virtudes contribuirá para a formação de cidadãos ativos, informados e engajados. Afinal, pessoas bem formadas se comprometem de modo efetivo com o bem comum: interessam-se pelos problemas da comunidade, participam de debates, respeitam as instituições e as regras do jogo democrático, valorizam os direitos de cada ser humano e a pluralidade de ideias, enfim, exercem a cidadania de forma responsável e plural.

Além disso, a educação para as virtudes prepara para o exercício e a defesa das liberdades de expressão, de associação e de consciência, formando guardiões dos direitos fundamentais e promotores de uma cultura de honestidade, diálogo e participação e pluralismo. Assim, a democracia deixa de ser apenas um regime formal e se torna uma prática cotidiana, sustentada por valores vividos e compartilhados.

Esses frutos não surgirão por acaso, mas exigirão, como vimos neste livro, intencionalidade pedagógica e exemplos concretos. Por isso, é fundamental criar ambientes educativos baseados na confiança, no respeito e na cooperação, estimular o protagonismo dos estudantes, promover projetos de impacto social, incentivar o diálogo e a escuta ativa, valorizar a participação em assembleias, conselhos e associações. A família, a escola e a sociedade civil, cada uma em seu papel, são responsáveis por esse processo, em uma lógica de subsidiariedade e colaboração.

Em suma, a educação para as virtudes é caminho para o florescimento de pessoas e, por sua vez, de sociedades e democracias virtuosas. Ao formarmos sujeitos colaborativos, honestos,

solidários e preparados para a vida, estes se tornarão cidadãos que contribuirão positivamente para a construção de ambientes mais justos, livres e com apreço pelo bem comum.

Assim, podemos vislumbrar um futuro com a esperança de encontrarmos pessoas mais plenas, relações mais humanas, comunidades mais fortes e uma cultura democrática vigorosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARTE I

ALEXANDER, J. C. *The Civil Sphere*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. Bauru: Edipro, 3ª ed., 2009

ARONEY, N. *Subsidiarity in the Writings of Aristotle and Aquinas*. Evans, Michelle, Zimmerman, Augusto (eds.). *Global Perspectives on Subsidiarity*. Springer, 2014, p. 8-27.

BERLIN, I. *Liberty: Incorporating Four Essays on Liberty*. Oxford: Oxford University Press, 1969.

BOBBIO, N. *The Future of Democracy: A Defence of the Rules of the Game*. University of Minnesota Press, 1987.

DELHEY, J.; WELZEL, C. *Generalizing Trust: How Outgroup-Trust Grows Beyond Ingroup-Trust*. SSRN Electronic Journal Volume 5 (3):46-69. October 2012.

DEWEY, J. 1916. *Democracy and Education: An Introduction to the Philosophy of Education*. New York: MacMillan.

DIAMOND, L. *Political Culture and Democracy in Developing Countries*. London: Lynne Rienner, 1994.

_____. *Para Entender a Democracia*. Curitiba, Instituto Atuação, 2017.

_____. *O Espírito da Democracia*. Curitiba, Instituto Atuação, 2015.

EBERLY, D. E. *The Meaning, Origins, and Applications of Civil Society*. In: EBERLY, D. E. (ed.). *The Essential Civil Society Reader: The Classic Essays*. Rowman & Littlefield Publishers, 2000, p. 3-29.

FINNIS, J. *Aquinas: moral, political and legal theory*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

_____. *Natural Law and Natural Rights*. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 231-233.

_____. *Subsidiarity's Roots and History: Some observations*. *The American Journal of Jurisprudence*, v. 61, n. 1, 2016, p. 133-141.

GEARY, I.; PABST, I. (eds.). *Blue Labour: Forging a new politics*. Londres: I.B. Tauris, 2015.

GEERTZ, C. *The Interpretations of Culture*. Basic Books: New York, 1973.

GEORGE, R. P. *Making Men Moral: Civil liberties and public morality*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

GOLEMAN, D.; BOYATZIS, R.; & MCKEE, A. (2002). *Primal leadership: Realizing the power of emotional intelligence*. Boston, MA, US: Harvard Business School Press.

GREGG, S. *On Ordered Liberty: A treatise on the free society*. New York: Lexington Books, 2003.

GRISEZ, G. *The Way of the Lord Jesus: Christian Moral Principles*. Chicago: Franciscan Herald Press, 1983.

HAVEL, V. Politics, Morality and Civility. In: EBERLY, D. E. (ed.). *The Essential Civil Society Reader: The Classic Essays*. Rowman & Littlefield Publishers, 2000, p. 391-403.

HUNTINGTON, S. P. *The Clash of Civilizations and the Remaking of the World Order*. Simon and Schuster 1997.

KAWASHIMA-GINSBERG, K. *Future of Civic Education*. Standard, September 2016, 13-19. National Association of State Boards of Education. Washington: DC.

LEE, P.; GEORGE, R. P. *The Nature and Basis of Human Dignity*, Ratio Juris, v. 21, no. 2, 2 June 2008.

LOCKE, J. *Dois Tratados Sobre o Governo*. Tradução de Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MARITAIN, J. *O Homem e o Estado*. Trad: Alceu Amoroso Lima. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1956.

MEIKLEJOHN, A. *What Does the First Amendment Mean?*, University of Chicago Law Review: Vol. 20 : Iss. 3, Article 6, 1953.

MILL, J. S. On Liberty. In: WARNOCK, M. (ed.). *Utilitarianism and On Liberty: including Mill's 'Essay on Bentham' and selections from the writings of Jeremy Bentham and John Austin*. 2ª ed. Malden: Blackwell Publishing, 2003.

PATEMAN, C. *The Civic Culture: a philosophic critique*. In.: ALMOND, G.; VERBA, S. (Orgs.) *The Civic Culture Revisited*. London: Sage, 1989.

PIEPER, J. *The Four Cardinal Virtues: Prudence, justice, fortitude, temperance*. New York: Harcourt, Brace & World, 1965

PUTNAM, R. *Community and Democracy: the experience of modern Italy*. 1993.

RAZ, J. *The Morality of Freedom*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

SARTORI, G. *O Que é Democracia?* Tradutora: Georgia de Souza Cagneti. Curitiba: Instituto Atuação, 2017.

SAYRE-MCCORD, G. *Moral Realism*. On-line, p. 1. Disponível em: <<https://philosophy.unc.edu/files/2014/07/Moral-Realism.pdf>>. Acesso em 29/10/2018.

SIMON, Y. *Filosofia do Governo Democrático*. Trad: Edgard Godói da Mata-Machado. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1955.

TASIOULAS, J. *Consequences of ethical relativism*. European Journal of Philosophy, v. 6, 1998, p. 156-171.

TOCQUEVILLE, A. *Democracy in America*. Traduzido por Gerald Bevan e Isaac Kramnick. Penguin Books: 2003.

PARTE II

AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. São Paulo: Loyola, 2003.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2020.

ENKVIST, Inger. *Educação: guia para perplexos*. São Paulo: Kíron, 2019.

FADEL, Charles et al. *Educação para a era da inteligência artificial*. 1. ed. São Paulo: Fundação Santillana, 2024.

HAIDT, Jonathan. *A geração ansiosa: como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais*. São Paulo: Intrínseca, 2024.

ISAACS, David. *A educação com foco em virtudes humanas e sua avaliação*. São Paulo: Quadrante, 2003.

MCHANGAMA, Jacob. *Liberdade de expressão: de Sócrates às mídias sociais*. Curitiba: Instituto Sivos, 2025.

MACINTYRE, Alasdair. *Depois da virtude: um estudo sobre teoria moral*. São Paulo: É Realizações, 2021.

ROCHA, Ronai. *Caminhos e equívocos da escola brasileira*. São Paulo: Contexto, 2022.



AS INICIATIVAS DO
INSTITUTO SIVIS:
**CONHECIMENTO,
MEMÓRIA E
EDUCAÇÃO PARA
A CULTURA
DEMOCRÁTICA**

CONHECIMENTO, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DEMOCRÁTICA

As últimas décadas no Brasil foram atravessadas por mudanças profundas na vida social e política. Desde a Constituição de 1988, consolidamos eleições livres, ampliamos direitos civis e políticos e estruturamos instituições capazes de garantir alternância de poder. Ao mesmo tempo, porém, seguimos convivendo com fragilidades persistentes: corrupção, aparelhamento institucional, impulsos autoritários e uma radicalização crescente das opiniões. O resultado é um cenário paradoxal, em que o país amadurece na forma, mas ainda oscila na cultura política que dá sustentação a ela.

Nesse ambiente instável, ficou fácil confundir participação com hostilidade e tratar o simples ato de opinar como se ele bastasse para gerar vida pública saudável. A consequência aparece no cotidiano: muita fala e pouco diálogo, muito debate e pouca política, muito ruído e pouca reflexão. Quando uma sociedade se habitua a essa lógica, a democracia perde densidade moral e corre o risco de virar apenas um rito repetido, sem vigor humano.

É por isso que este livro insiste na importância de instrumentos que não apenas descrevam desafios, mas ajudem as pessoas a encará-los com espírito público. Democracia não é um

bem automático, garantido por decreto ou por tradição. Ela é processo, exige cultivo diário; depende de valores vividos e de virtudes praticadas, tanto nas instituições quanto nas relações corriqueiras entre cidadãos.

Para compreender essa exigência, é preciso olhar a democracia para além do mecanismo eleitoral ou da organização formal do Estado. Ela também é uma forma de ordenar a convivência entre indivíduos, comunidade e poder público, para que o bem comum seja buscado de modo compartilhado. Dessa visão decorre algo decisivo: a saúde do regime depende da qualidade humana de quem o vive. Sem cidadãos capazes de pensar, sentir e agir em sintonia com valores democráticos, as regras permanecem em pé, mas o edifício se fragiliza por dentro.

O Instituto Sivis se insere exatamente nesse ponto. Nosso trabalho parte da premissa de que cultura e regime político se sustentam mutuamente. Quando a cultura democrática se enfraquece, o sistema perde proteção moral e se torna mais vulnerável à corrupção, ao sectarismo e a impulsos autoritários. Por isso, o Sivis atua em um campo que articula conhecimento, memória e educação, buscando fortalecer a democracia onde ela é vivida e onde ela pode se degradar.

Como think tank voltado ao fortalecimento dos valores democráticos no Brasil, o Instituto organiza suas iniciativas em frentes complementares. De um lado, defendemos e promovemos a democracia por meio de pesquisas profundas, diagnósticos objetivos e projetos culturais de alcance público. De outro, investimos em educação para a democracia, apostando na formação de virtudes cívicas e em capacidades emocionais e sociais que sustentam a vida comunitária e a vida política ao longo do tempo.

A lógica que atravessa esse conjunto é simples: a democracia melhora quando se torna visível, compreensível e desejável. Procuramos iluminar como ela é realmente experimentada no país, ampliar a memória que ensina seu valor e formar pessoas capazes de praticá-la com maturidade. O foco, portanto, não recai apenas no “alto” das instituições, mas também na base cotidiana que lhes dá consistência.

ÍNDICE DE DEMOCRACIA LOCAL (IDL)

Medir democracia com objetividade é sempre uma tarefa exigente. Quando essa avaliação desce ao nível local, o desafio aumenta – mas o ganho é ainda maior. É no município que a democracia se torna palpável. Ali o cidadão acessa ou deixa de acessar serviços, observa a integridade do governo, participa de conselhos, convive com diversidade social e forma expectativas sobre justiça e pertencimento.

Foi dessa percepção que se estruturou o Índice de Democracia Local. A intuição central é direta: para cuidar da democracia precisamos primeiro enxergá-la de perto, no território em que ela acontece de verdade. Se a qualidade democrática nos municípios permanece invisível, o debate fica preso a impressões vagas, e a crítica à política, em vez de produzir aprimoramento, termina em desilusão.

O IDL foi construído em diálogo com referências nacionais e internacionais em democracia. Essa rede de colaboração deu ao índice o equilíbrio necessário entre rigor comparável a indi-

cadores globais e sensibilidade às particularidades brasileiras. O resultado é um instrumento capaz de ler a vida democrática municipal com seriedade, sem perder o contato com a realidade concreta das cidades.

O índice trabalha em dimensões que observam tanto o funcionamento político-institucional quanto o substrato cultural que o sustenta. Ele analisa processos eleitorais, práticas institucionais, experiências de direitos, níveis de participação política e elementos de cultura democrática. Isso torna explícito algo que muitas vezes passa despercebido: uma democracia local pode estar de pé formalmente e, ainda assim, sofrer com participação rarefeita, confiança social corroída ou distância crescente entre instituições e comunidade.

Ao organizar essas dimensões em diagnóstico público, o IDL permite que as cidades se reconheçam em sua própria realidade. Há municípios onde a democracia formal funciona, mas a participação social é baixa; outros em que a confiança interpessoal foi corroída por décadas de desigualdade e violência; e localidades em que boas práticas institucionais ampliam cooperação cívica e legitimidade. O índice torna esses cenários inteligíveis e, portanto, enfrentáveis.

Com frequência olhamos para Brasília como se a democracia terminasse no plano nacional. O IDL recoloca o centro de gravidade no cotidiano. Lembra que a vida democrática começa no bairro, na escola, nos conselhos locais, nas associações civis e no sentimento de corresponsabilidade por problemas compartilhados. Medir a democracia municipal é um gesto de defesa porque entrega à sociedade um mapa realista do que precisa ser preservado e do que precisa ser reconstruído.

MURAL DA DEMOCRACIA

Democracia precisa ser cultivada com base em evidências, mas também com memória. Uma sociedade que esquece sua história democrática passa a tratar direitos e liberdades como se fossem naturais ou inevitáveis. A história, contudo, mostra o oposto: cada conquista democrática resulta de trajetórias humanas marcadas por conflitos, pactos, resistências e aprendizados coletivos.

O Mural da Democracia, nesse sentido, aproxima a memória da educação cívica. Essa iniciativa cultural, viabilizada através da Lei Rouanet, conta momentos decisivos do Brasil a partir dos valores que atravessam nosso percurso político. Com isso, buscamos guardar um patrimônio moral que ajude o presente a compreender o que está em jogo quando falamos de democracia.

Ao recuperar episódios emblemáticos, o Mural apresenta valores fundamentais para a vida em sociedade. Mostra que esses valores não vivem em um plano abstrato, distante das pessoas, mas se revelam em gestos, escolhas e movimentos que enfrentaram dilemas políticos reais. Quando olhamos o passado por essa lente, a democracia deixa de parecer um objeto técnico e passa a ser vista como experiência humana,

construída com esforço e responsabilidade.

Há, ainda, um efeito especialmente relevante em tempos de cinismo e desesperança: a memória democrática reabilita a imaginação do possível. Ao recordar que o Brasil já enfrentou desafios graves e, mesmo assim, foi capaz de reconstruir caminhos democráticos, o Mural devolve ao presente a consciência de continuidade histórica e de responsabilidade com o futuro.

Por isso a iniciativa funciona também como ponte entre gerações. Os mais jovens encontram na história uma linguagem para compreender a vida pública; os mais velhos reencontram sentido nos valores pelos quais tantos já lutaram. Em um país vulnerável a rupturas, fortalecer a memória democrática significa fortalecer a disposição coletiva de defendê-la agora.

COLETÂNEAS DA DEMOCRACIA

A produção de conhecimento também é um pilar fundamental de nosso trabalho. Democracias amadurecem quando o debate público se alimenta de ideias sólidas, teorias consistentes e evidências comparáveis. É nesse espírito que se inserem as Coletâneas da Democracia. Ao organizar e traduzir duas coleções de livros internacionalmente reconhecidos sobre o tema, o Sivis ampliou o acesso do público brasileiro a debates decisivos para compreender os desafios contemporâneos do regime democrático. Trata-se de um gesto de democratização do conhecimento político.

Ao oferecer essas obras em português, o Instituto cria condições para que estudantes, professores, gestores e lideranças sociais dialoguem com o pensamento democrático atual de modo direto, sem depender de intermediários. Isso aprofunda a discussão pública e diminui sua dependência do calor imediato da conjuntura.

Além de difundir teoria, as Coletâneas ajudam o Brasil a ler a si mesmo de forma mais ampla. Elas permitem comparar nossa experiência com a de outras democracias, reconhecer pa-

drões universais de crise e enxergar possibilidades de aprimoramento cultural e institucional. Em contexto polarizado, esse alargamento do horizonte é vital: amplia a clareza e abre espaço para conversa séria.

EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA

Se a pesquisa ilumina a realidade e a memória fortalece o sentido do regime, a educação prepara pessoas para viver a democracia por dentro. Este livro recorda que educação integral não se reduz à transmissão de conteúdos técnicos; ela forma caráter, amplia sabedoria prática e ajuda a integrar conhecimento e vida. Sem isso, o regime democrático perde seu chão humano.

O Sivis assume essa tarefa ao atuar em educação para a democracia. A convicção é que virtudes cívicas — cooperação, responsabilidade, respeito à dignidade do outro, compromisso comunitário — não aparecem por geração espontânea na vida adulta. Elas se desenvolvem em trajetórias formativas que atravessam escola, família e comunidade.

Democracia pede cidadãos com inteligência social e saúde emocional: pessoas capazes de conviver com frustrações, discordâncias e diversidade sem transformar diferença em hostilidade. Quando essas competências faltam, a política vira disputa rancorosa, e a sociedade civil se fragmenta. Por isso, a educação democrática do Sivis se dedica a fortalecer os fundamentos humanos da vida pública.

VIRTUAR: FORMAÇÃO DE NOVAS GERAÇÕES

O Virtuar é a aposta educacional do Instituto para cultivar valores e virtudes democráticas desde o início da formação escolar. Ele se apoia na ideia de que a escola não é só espaço de aprendizagem intelectual, mas também lugar de formação moral e social. Em um país em que a convivência pública se tensiona com facilidade, trabalhar essa base desde cedo é um investimento de longo prazo.

O programa atua por meio da elaboração de livros didáticos centrados em virtudes cívicas, da formação de professores capazes de aplicar essa proposta no cotidiano escolar e do apoio às famílias, reconhecendo que educação integral não pode ser tarefa isolada da escola. Essa integração expressa um princípio essencial a uma cultura democrática: a corresponsabilidade entre instituições sociais na formação humana.

No Virtuar, ensinar cidadania significa criar experiências que a tornem praticável. A escola se transforma em laboratório de convivência: respeito mútuo, cooperação, confiança e responsabilidade deixam de ser palavras distantes e passam a ser hábitos exercitados. A política, assim, não aparece como

algo remoto, mas como a arte de viver em comum.

A formação docente é central nesse percurso. Professores são preparados para compreender que valores não se transmitem apenas pelo discurso; eles ganham consistência quando se tornam prática coerente. Ao receber ferramentas pedagógicas e apoio institucional, esses educadores se tornam multiplicadores de uma cultura democrática concreta, enraizada no cotidiano.

O apoio a pais e famílias completa a arquitetura formativa. Democracia também se aprende em casa, no modo como conflitos são enfrentados, como a autoridade se exerce, como a confiança se constrói e como a responsabilidade é compartilhada. Aproximar família e escola fortalece a continuidade educativa que torna virtudes mais estáveis.

A contribuição democrática do Virtuar é discreta e profunda. Em vez de esperar que a cidadania apareça quando a juventude já está submersa em ambientes polarizados, o programa antecipa a formação humana que a democracia exige. Nossa proposta é que cidadãos emocionalmente maduros e moralmente responsáveis tendem a realizar a vida pública de forma mais justa, cooperativa e orientada ao bem comum.

EDUCAÇÃO: TERRITÓRIO PARA CIDADANIA

No Sivis, também realizamos iniciativas na esfera cultural. O documentário Educação: Território para Cidadania foi concebido para dar visibilidade pública a experiências de educação integral em diferentes estados do Brasil. Ao trazer essas trajetórias à luz, o Instituto amplia o alcance da reflexão educacional e inspira comunidades a enxergar a escola como espaço genuíno de formação democrática.

O filme mostra que educação integral não é um ideal abstrato reservado a poucos contextos. Ela pode ser vivida de maneiras diversas, em situações sociais distintas, articulando aprendizado intelectual, desenvolvimento emocional, vida comunitária e responsabilidade pública. O documentário reforça, assim, que preparar cidadãos para a democracia implica formar pessoas inteiras.

Há algo profundamente democrático nesse gesto. Ao apresentar experiências reais e plurais, o documentário fortalece a percepção de que a democracia se realiza em muitas formas e em muitos territórios. A escola aparece como lugar em que o Brasil aprende a ser Brasil: convivendo com diferenças, bus-

cando justiça e criando vínculos de solidariedade.

Em tempos de desconfiança social, narrativas como essa funcionam como esperança prática. Elas lembram que a cultura democrática não depende apenas de grandes reformas, mas da soma paciente de experiências educativas que alimentam virtudes humanas e cívicas.

FORMAÇÃO COM JOVENS EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA (CMAS)

Uma democracia madura também se reconhece pelo modo como trata os mais vulneráveis. Quando uma sociedade abandona parte de seus jovens à margem, compromete seu ideal de dignidade igual e de pertença comunitária. Por isso, desde 2023 o Sivis atua, em parceria com o Centro de Referência Especializado (CREAS) e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Curitiba, na formação de jovens em medida socioeducativa e em vulnerabilidade social.

O programa foca em dois pilares: inteligência social e saúde emocional. Trabalha autoconhecimento, definição de objetivos, autorresponsabilidade, reconstrução de confiança e acesso consciente à rede socioassistencial de direitos e deveres. O desafio não se limita à reinserção social; o objetivo é restaurar vínculos comunitários e abrir horizontes de vida.

Para muitos desses jovens, a experiência cotidiana foi atravessada por rupturas familiares, violência e desconfiança estrutural. Falar de democracia nesse contexto é oferecer ferramentas

internas para que reencontrem sentido, autonomia e pertencimento. A reintegração não acontece apenas quando se muda o ambiente; ela acontece quando se muda o horizonte humano.

A iniciativa atua num ponto delicado do regime democrático: sua capacidade de incluir, restaurar e oferecer futuro. Democracia não convive bem com a desesperança de gerações inteiras. Quando esses jovens recuperam confiança e autodomínio, a comunidade recupera também parte de sua saúde moral.

Esse trabalho possui valor político no sentido mais profundo. Ele reafirma que a dignidade humana não se perde por erro, por trauma ou por trajetória difícil; ao contrário, ela exige que a sociedade abra caminhos para recomeços reais. A democracia se fortalece quando transforma abandono em cidadania.

UMA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE FORTALECIMENTO DEMOCRÁTICO

Visto em conjunto, o trabalho do Instituto Sivilis revela coerência interna. O Índice de Democracia Local ilumina a realidade concreta da democracia nos municípios. O Mural da Democracia devolve ao país a memória de seus valores políticos fundamentais. As Coletâneas ampliam repertório intelectual e requalificam o debate público. E as iniciativas educacionais formam, desde cedo e em contextos variados, as virtudes humanas que sustentam a vida democrática.

Essa integração converge com o que este livro propõe: a democracia depende tanto de instituições quanto de cultura: uma sem a outra, enfraquece. Reformas formais podem aperfeiçoar o sistema, mas somente uma cultura democrática vigorosa o mantém vivo, porque é nela que se enraízam cooperação, honestidade, confiança e compromisso com o bem comum.

Ao trabalhar simultaneamente na base cultural e no topo institucional, o Sivilis contribui para que a democracia não seja

reduzida a procedimento. Ela reaparece como prática cotidiana, como modo de convivência orientado por valores. Defender a democracia, nessa perspectiva, envolve educar para ela, preservar sua memória, medir sua realidade e formar pessoas capazes de vivê-la com maturidade.

O horizonte final deste trabalho é o mesmo que atravessa este livro: a esperança de que, ao formarmos sujeitos colaborativos, honestos e solidários, construiremos comunidades mais fortes e uma cultura democrática mais robusta. Em outras palavras, as iniciativas do Instituto Sívís mostram que a democracia não é só um regime herdado, mas um hábito coletivo que precisa ser aprendido, cuidado e renovado todos os dias.

INVESTIDORES

O apoio e a confiança de nossos investidores reafirmam que temos ao nosso lado pessoas e instituições comprometidas com o país e que compartilham de nosso propósito de longo prazo. Mais do que suporte financeiro, recebemos contribuições valiosas por meio de conselhos estratégicos, conexões com novas oportunidades e a ampliação da rede de contatos do Sivis.

Somos gratos a todos os apoiadores, especialmente aos nossos mantenedores, que compartilham do nosso propósito e acreditam no impacto transformador que podemos gerar no país!

The logo for CB VISUAL, featuring the text "CB VISUAL" in a bold, sans-serif font.The logo for Condor, featuring the word "Condor" in a stylized, italicized font with a horizontal line underneath.The logo for gaslog, featuring a stylized grid icon followed by the word "gaslog" in a bold, sans-serif font. Below it, the tagline "ENERGIA INTELIGENTE. DO SEU JEITO." is written in a smaller font.The logo for Google, featuring the word "Google" in its characteristic multi-colored font.The logo for GRUPO BARIGÜI, featuring a stylized "G" icon above the text "GRUPO BARIGÜI" in a bold, sans-serif font.The logo for Perkons, featuring a stylized "P" icon above the word "Perkons" in a bold, sans-serif font.The logo for PLAENGE, featuring the word "PLAENGE" in a bold, sans-serif font.The logo for STECLA ENGENHARIA, featuring a stylized grid icon followed by the text "STECLA ENGENHARIA" in a bold, sans-serif font. Below it, the tagline "Gerenciadora de projetos e obras" is written in a smaller font.

Vivemos um momento social e político marcado por muito barulho e pouca reflexão, evidenciado pela crescente falta de diálogo e pela animosidade em relação àqueles que pensam diferente. Diante desse cenário, torna-se necessário dar um passo atrás e refletir sobre os valores que, em nossa visão, constituem uma cultura democrática capaz de fortalecer a própria democracia. Acreditamos que valores como dignidade humana, liberdade e subsidiariedade tornam a sociedade mais virtuosa e, conseqüentemente, mais democrática. Nesta obra, propomos também uma reflexão prática sobre como esses valores podem ser ensinados sob a perspectiva de uma educação para a democracia. Esperamos, assim, que este livro sirva como uma contribuição relevante para refletirmos sobre os caminhos que a democracia brasileira tem trilhado.



Lei Rouanet
Incentivo a
Projetos Culturais



Realização:

MINISTÉRIO DA
CULTURA

